

Agradecimentos

Arq. Susana Matos, Arq. Isabel Martins, Arq. Ana Fernandes,
Jorge Pinheiro, Arminda Rosa e Joana Pinheiro,
Ana Carvalho, Joana Godinho, Maria Lucena,
Mariana Rodrigues, Margarida Moreira.
Prof. Dr. Álvaro Domingues

Resumo

Situações de informalidade urbana fazem parte de um fenómeno mundial que se acentua em contextos de indignidade social. Seja qual for o nome que os designa, “Bairros de caniço” em Moçambique, “Slums” na África do Sul, “Imijondolo” no Quênia, “Bidonvilles” na Argélia, ou “Musseques” em Luanda - todos são o reflexo real da segregação social no espaço urbano das grandes capitais Africanas.

Na cidade de Luanda, capital de Angola, país localizado na costa ocidental africana, factores como a instabilidade administrativa, uma débil orientação económica, emigração rural, explosão demográfica e segregação racial de classes, associados um extenso período de guerra colonial e civil, originaram deficiências infraestruturais e carências habitacionais particularmente gravosas.

Atualmente com 6 milhões de habitantes, 75% destes residindo em área de musseque, estima-se que em 2015 a cidade de Luanda albergue 34,75% da população de Angola, números muitos preocupantes para uma cidade que desde sempre apresentou fraca capacidade de resposta ao fenómeno de hiper-urbanização acelerada.

Em Luanda, os assentamentos informais vulgarmente conhecidos por “musseques” – palavra que designa os terrenos de areia vermelha que circunscrevem a cidade e onde nasceram a maior parte destes assentamentos – são a representação física da segregação racial e económica que se traduz num espaço urbano fragmentário.

O presente estudo pretende enquadrar os processos urbanos informais inerentes à cidade de Luanda, que a englobam num conjunto de fenómenos característicos das cidades Africanas. Deseja incidir na temática do planeamento urbano em contextos de urgência social, na tentativa de formular estratégias de intervenção para a requalificação e melhoramento das áreas de informalidade urbana luandense, com limites de tempo bastante reduzidos. Através da observação de casos semelhantes, cidades que se debatem com as mesmas condicionantes urbanas e de estratégias de intervenção aplicadas nesses mesmos países, procura-se perceber quais as políticas de intervenção mais adequadas ao seu contexto urbano, tendo em conta o peso da cultura, história e hábitos sociais que caracterizam o caso específico de Luanda.

Abstract

Situations of urban informality are part of a global phenomenon that has increased in contexts of social indignity. Whatever the name that designates it “Bairros do caniço” in Mozambique, Slums in South Africa, “Imijondolo” in Kenya, “Bidonvilles” in Algeria, or “Musseques” in Luanda, they all are a reflection of real social segregation in urban areas of major African capitals.

In the city of Luanda, capital of Angola, a country located on the west coast of Africa, factors such as administrative instability, a weak economic orientation, rural migration, population explosion and racial segregation of classes associated with an extended period of colonial and civil war, led to infrastructural deficiencies and serious housing needs.

Currently with 6 million inhabitants, 75% of those living in slum area, it is estimated that in 2015 the city of Luanda will shelter 34.75% of the population of Angola. Troubling numbers for a city that has always had a weak capacity of response to the phenomenon of hyper-accelerated urbanization.

In Luanda, the informal settlements commonly known as “Musseques” - a word that designates the red color land that circumscribe the city where most of the settlements were born - are the physical representation of racial and economic segregation which results in a fragmented urban space.

This study aims to discuss the inherent urban informal processes in Luanda, which involve a number of characteristic phenomena of African cities, focusing on urban planning in social urgency contexts, and trying to formulate intervention strategies for the rehabilitation and upgrading of informal urban areas in Luanda, with greatly reduced time limits.

Through the observation of similar cases, cities that are struggling with the same constraints and urban intervention strategies implemented in these same countries, the study seeks to understand the most appropriate intervention policies to its urban context, taking into account the cultural impact, history and social habits that characterize the specific case of Luanda.

Índice

1. Introdução.....	6
2. Relatos na 1ª pessoa.....	9
3. Fenómenos urbanos dos Países em Vias de Desenvol- vimento.....	11
3.1 Panorama de informalidade Células informais sobre uma plataforma formal.....	12
3.2 Efeitos das políticas coloniais sobre o desenvolvimento das cidades africanas.....	20
3.3 Planos de desenvolvimento progressivo Exclusão vs. Inclusão	28
4. Desafio Urbano em Luanda	
4.1 Caracterização geral da Capital.....	43
4.2 Luanda do colonialismo ao pós-independência.....	47
4.3 Musseques, processos de urbanização da pobreza.....	62
4.4 Um olhar sobre a cidade periférica Caracterização da diversidade dos assentamentos.....	71
5. Planos e estratégias de intervenção aplicadas.....	84
6. Conclusão perspectiva.....	90
7. Referencias bibliográficas.....	94

1. Introdução

Em grande parte das cidades do contexto Africano, sejam elas mais ou menos desenvolvidas é possível encontrar áreas de informalidade que circunscrevem os seus núcleos urbanos consolidados. A requalificação de áreas urbanas críticas com processos intrincados de informalidade urbana e problemas graves de pobreza e indignidade social, requer uma análise profunda dos contextos sociais e culturais em que as mesmas se inserem, assim como de paradigmas teóricos e princípios de ação aplicados ao longo dos anos em casos de estudo semelhantes. Assim, o presente estudo pretende refletir sobre a produção de políticas de planeamento urbano incidindo na elaboração de estratégias de intervenção e requalificação de bairros informais no caso específico da cidade de Luanda. Que medidas de planificação e gestão urbana conseguirão lidar com a urgência de ação nos países em vias de desenvolvimento? Qual a influência dos hábitos culturais e modos de vida do povo caluanda na conformação e estruturação do seu território? De que forma esta suburbanização acelerada poderá potenciar a melhoria de vida e inclusão social na cidade? Qual o caminho a seguir no planeamento de estratégias de intervenção que visam a regeneração e requalificação de áreas urbanas informais, pretendendo potenciar o desenvolvimento social, económico e urbano e prevenir o ressurgimento de novos assentamentos de indignidade humana? Modelos de autoconstrução e participação comunitária serão sinónimo de operatividade e integração social em contextos de urgência? Estas são algumas das questões que esta dissertação se propõe a explorar para a reflexão sobre o planeamento na urgência desta cidade do terceiro mundo.

Não existe uma fórmula para a solução, no entanto a elaboração de paradigmas de resolução das lacunas do espaço de musseque, poderá passar pela análise de experiências feitas em outros casos de realidade semelhante, devendo levar-se em consideração a realidade local e hábitos culturais desta população que através da autoconstrução e participação comunitária soluciona as suas necessidades dentro dos poucos recursos disponíveis.

Objecto:

O trabalho proposto pretende incidir nos processos de produção e estratégias de intervenção na urgência das áreas periféricas da cidade de Luanda. Para isso tomam-se como objetos de estudos alguns musseques da cidade, que sofreram estratégias e planos

de requalificação e melhoramento, como é caso do musseque do Golfe, que foi alvo de uma intervenção com base num estudo de planeamento e gestão urbana para a área ainda no período colonial. Esta intervenção nunca terá sido concluída, devido ao clima de instabilidade política e administrativa que se fazia sentir época (1975), ainda assim, é de extrema importância para esta análise por se tratar de um dos escassos exemplos de intervenção jamais efectuados num bairro informal de génese ilegal da cidade de Luanda.

Objectivo:

O presente trabalho tem como objectivos principais, a compreensão da problemática urbana da cidade de Luanda, fases de evolução do planeamento urbano e expansão desmesurada de áreas periféricas não planificadas, no período colonial e pós independência.

O estudo parte da abordagem teórica de algumas questões mais abrangentes identificadas como propósitos gerais do tema de análise: a compreensão dos variados quadros de formação da informalidade urbana no contexto africano e estratégias de intervenção sobre essa informalidade; a compreensão do espaço musseque, vivências culturais e necessidades sociais de quem neles reside; a influência dos habitantes na sua configuração espacial e os impactos da globalização nesta tipo de urbanização espontânea.

A ponderação e reflexão crítica sobre o desenvolvimento urbano de Luanda e extensão dos seus musseques; não querendo com isto estipular métodos conclusivos de ação, mas apenas ponderar sobre a eficácia das estratégias na reabilitação e estimulação do colectivo destes bairros.

Metodologia:

A concepção deste trabalho organizou-se em várias etapas, que sendo distintas se complementaram, de forma a clarificar o tema desta tese.

Fez-se primeiramente uma pesquisa local na cidade de Luanda, de forma a conseguir recolher algum material bibliográfico e conversar com profissionais com conhecimento no assunto que se faz tema desta tese.

A estadia na cidade, foi também útil para contactar de perto com a realidade urbana de Luanda, cultura local, habitantes do espaço musseque, assim como, para a recolha de material fotográfico.

Por fim, a pesquisa bibliográfica em livros, sites, arquivos e a participação em conferências com tema de interesse para este estudo.

Esta dissertação partiu de um enquadramento numa perspectiva generalizada dos assentamentos informais, dentro daquilo a que denomino fenómenos urbanos dos países em vias de desenvolvimento. Assim pretendeu-se analisar uma série de aspectos comuns a quase todas as cidades africanas dos países emergentes, que se debatem com áreas de informalidade de características próprias, tendo muitas delas a sua origem extremamente marcada pelas políticas colonialistas com repercussões que se estendem à atualidade. Ainda neste domínio prossegui com uma análise do contributo das estratégias de planeamento urbano na procura de novas posturas de ação para a resolução destes problemas.

A segunda fase assenta no desafio urbano em Luanda, através da caracterização geral da cidade, desde a ocupação colonial ao pós-colonialismo. Num olhar sobre a cidade periférica procedeu-se à caracterização dos vários tipos de assentamento visando o foco na expansão crítica das áreas não planificadas e suburbanizadas de musseque. Este esforço vem na procura do entendimento da formação e configuração do musseque como parte integrante da cidade, e o papel das diferentes componentes cultural, social e política nas mutações que vem sofrendo ao longo do tempo.

Finalizou-se a abordagem com a exposição de ideias e opiniões pessoais na busca da melhor forma de qualificação destes espaços que compõem a percentagem maior da mancha urbana desta cidade.

2. Relatos na 1ª Pessoa

Desde pequena tive contacto com o musseque, não por alguma vez lá ter vivido mas porque todo o angolano tem pelo menos um familiar que vive no musseque ou muito perto dele. No meu caso era minha avó, vivia no bairro do Cassenda, lado a lado com o musseque de mesmo nome. Todas as semanas passava uma ou duas tardes em sua casa, e dessa altura guardo recordações e sensações muito próprias do quotidiano daquele bairro.

O Cassenda era maioritariamente um bairro de moradias, existindo três ou quatro exemplares de edifícios de habitação colectiva na altura. Entre ruas não asfaltadas, a qualquer momento se dobrava uma esquina para entrar no musseque, não existia nenhum aviso, nenhuma barreira, apenas as casas deixavam de ser alvenaria com 2 pisos para passarem a ser “barracos” de chapa ou tijolo de areia, as ruas tornavam-se cada vez mais apertadas e encruzilhadas e as possas de água multiplicavam-se pelo chão tanto quanto a pessoas que passavam na rua.

Lembro-me que para mim o musseque começava no início do praça alimentícia, sabia que por ordem da minha avó não podia transgredir aquela barreira virtual sem ser acompanhada por um adulto. Estava sempre pronta a lá ir, tanto com a minha avó como com a vizinha Filipa ou o Sr. Cajó, que engomava roupa lá em casa. Aquela pracinha representava para mim o começo de um outro mundo, o cheiro mudava e por todo o lado pairava um aroma de milho e amendoim torrados, vendidos pelas velhotas negras, que com as suas vestes de pano africano ali permaneciam o dia inteiro por trás da respectiva banca fumando um cigarro ao contrario. Sempre me intrigou bastante o facto de elas não se queimarem e o porquê de assim o fazerem.

A pracinha, como todos os mercados era um aglomerado de gente caótico, entre animais, crianças e bebés às costas das mães, tudo se vendia naquele amontoado de banquinhas, desde o cabide de pendurar roupa ao peixe seco no estendal. Pelo meio da confusão, meninos jogavam à bola descalços sobre um piso enlameado, onde por vezes era preciso saltar uma vala de lixo para ir buscar a bola que saía dos limites do “campo”. Aquela pracinha não tinha uma estrutura própria que a determinava espacialmente como mercado, penso que ela apenas acontecia, surgiu da necessidade que as pessoas do bairro tinham de fazer algum dinheiro extra e ao longo do tempo tornou-se um lugar fixo de venda. A passagem de veículos pela rua era legalmente permitida mas quase inexistente, uma vez que para algum carro passar, muitas das bancas tinham de ser

afastadas para trás e com um movimento tão massificado de pessoas tornava-se inviável e demorada a passagem por aquele local. A rua da pracinha era extremamente vivida, nunca estava deserta, durante o dia era animada pelo alvoroço das compras e vendas e ao cair da noite os produtos eram guardados e nas bancas passavam a proliferar garrafas de cerveja com petróleo de onde brotava uma chama que alumia o serão das gentes do musseque. A eletricidade sempre foi uma estrutura muito instável em Luanda, a qualquer momento a luz ia abaixo e ecoava um “oohhhh” de descontentamento pela cidade. Para a gentes do musseque, ela não era instável mas sim inexistente, entre um ou outro sortudo que conseguia fazer uma “puxada” do poste de eletricidade público, a maior parte das pessoas vivia sem nunca poder contar com esta infraestrutura básica em casa e por isso mesmo se apropriava da rua como uma extensão da sua habitação. A sala de estar, que nos países desenvolvidos é ponto de encontro social das famílias, naquele lugar transferia-se para a porta do quintal, onde os mais velhos se sentavam em bancos baixinhos a beber uma cerveja ao som da rádio, as senhoras batiam o funje para o jantar agachadas no chão com as suas colheres de pau gigantes e as crianças continuavam as brincadeiras enquanto não chegava a hora da refeição. Tudo era feito ali, ao ar livre, ao sabor de uma brisa suave que acelerava a queima dos dragões para espantar os mosquitos. Quando a noite já era alta e eu já estava na cama, abria a discoteca ao ar livre, também ali na rua, delimitada por uma cerca de chapa. Dela apenas conheço as luzes que se refletiam no tecto do quarto enquanto a minha avó me contava histórias para adormecer embaladas por ritmos zaienses, que se faziam ouvir através das janelas de madeira e se prolongavam noite dentro.

No dia seguinte tudo voltava ao ritmo normal, as quitadeiras a passarem com as bacias cheias de carapaus batiam palmas a porta das casas na tentativa de vender o seu peixe, a azafama de gente em direção ao fundo da rua para apanhar o candongueiro para o emprego e com ela a minha permissão para mais um dia de brincadeira. Tinha vários amigos com que brincava lá na rua, dos quais os nomes já não me recordo, mas salvo os meus primos, todos viviam no musseque. Naquela altura apenas se unia a energia à vontade de brincar e todas as diferenças impostas pela sociedade se dissolviam por um objetivo comum, a felicidade de ser criança.

3. Fenómenos urbanos dos países em vias de desenvolvimento

3.1 Panorama de informalidade | Células informais sobre uma plataforma formal

Tempos paradoxais se vivem atualmente, entre a abundância das descobertas científicas e tecnológicas no caminho para a estabilidade global; e as discrepâncias sociais, instabilidade económica e conturbadas mudanças territoriais que se fazem sentir por quase todo o mundo. A tendência global é de interdependência crescente entre os grandes mercados mundiais apoiada na integração entre o sistema financeiro e as telecomunicações. Assim, as barreiras políticas entre os vários países tendem a tornar-se permeáveis à troca de ideias e produtos. Abrem-se as portas ao capitalismo contemporâneo, onde as sociedades urbanas representam atualmente uma malha de múltiplas tendências mundiais, competindo por objectivos comuns e marginalizando a origem da sua individualidade. As forças locais lutam para manter o seu poder de decisão, numa batalha desleal perante a soberania dos gigantes globais. As cidades atuais estão em constante mutação, são testemunhas das oscilações económicas que arrastam uma taxa de desemprego urbano sem precedentes.¹ A elas rumam atualmente milhares de pessoas contribuindo para a sua saturação e esgotamento. Muitas não possuem capacidade infraestrutural e habitacional para responder a tamanha procura, o que desencadeia processos de informalidade urbana como resposta infligida ao sufoco espacial. Todos os “restos” são aproveitados pelos pobres urbanos; transformam-se aparentes desvantagens dos grandes centros, em vantagens; surgem por todo o lado pequenos negócios à margem da lei que garantem a sobrevivência de mais uma pessoa no caos urbano. Por necessidade, todos os espaços são aproveitados para a instalação de novas habitações ou abrigos análogos, seja no centro ou periferia das cidades, extravasando-se os limites a uma velocidade galopante.

“As cidades estão em constante mudança. São construídas, reconstruídas, transformadas, ocupadas por diferentes grupos e usadas para diferentes funções. Na busca de uma melhor organização espacial, retornos mais elevados e economias mais eficientes, geram-se diferentes graus de urbanização.”²

¹ SERAGELDIN, Ismail, *The Architecture of Empowerment*, London:1999. Pg.8

² UN-HABITAT, *The state of the world's cities 2010/2011 Bridging The Urban Divide*, Londres: Earthscan, 2008. Pg VIII.

“Em meados do século 20, três em cada 10 pessoas no planeta vivia em áreas urbanas. Nessa altura, e ao longo das três décadas seguintes, a expansão demográfica ao redor do mundo seguiu a uma velocidade galopante.”³

“Entre as duas Primeiras conferências “HABITAT”(1976-1996) a população mundial duplicou.”⁴

“Projeções da ONU mostram que em 2025, mais de três quintos da população mundial vai viver em áreas urbanas. A população urbana nesse ano será de aproximadamente a 5,2 bilhões, dos quais 77 por cento viverá nos países em desenvolvimento”⁵

O aumento populacional constitui um dos fatores mais impactantes no infundável e desregrado crescimento das cidades dos países em vias de desenvolvimento. Adquirindo expressões diferentes e características tipológicas próprias, ligadas à cultura local e grau de desenvolvimento das diferentes cidades, todas elas partilham no entanto, de uma base comum: espaços físicos precários, carência infraestruturais e de serviços e inadequadas políticas de organização territorial. Na década de 80, cerca de 25% da população de Amman, na Jordânia, vivia em assentamentos precários. Também nas grandes metrópoles como Bogotá, os assentamentos informais assumem-se como umas das fatias mais grossas da mega urbanização, constituindo cerca de 60% da área total da cidade.

“Estima-se que a população urbana mundial em 2007, cerca de 3,3 bilhões de pessoas, duplique até ao ano 2050. Já a população urbana africana irá aumentar até ao ano 2030, para mais do dobro da existente em 2007, cerca de 373,4 milhões.”⁶

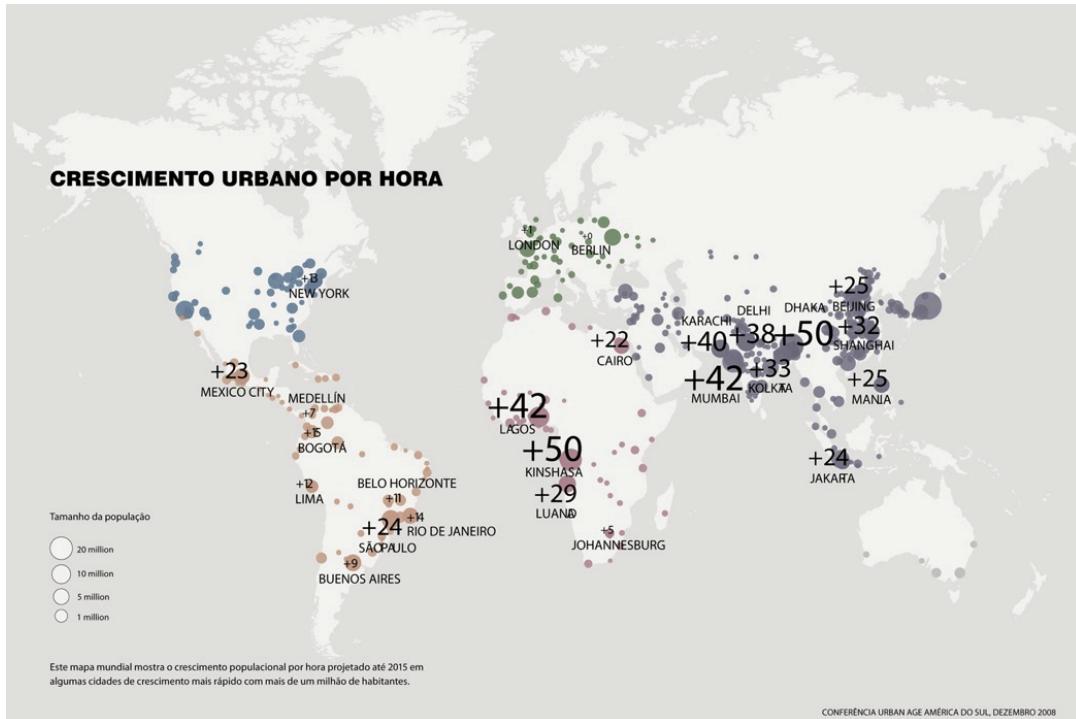
Os assentamentos informais dos países em vias de desenvolvimento terão uma origem comum à dos “slums” dos países desenvolvidos. Sendo que, todo o problema se agravou quando à equação se juntaram factores como a instabilidade política, adversidades administrativas, má distribuição de capital, exacerbado crescimento populacional e grandes movimentos migratórios de origem rural. Todos estes, são fecundos às cidades dos países em vias de desenvolvimento e estão na origem da avançada degradação dos

³ UN-HABITAT, The state of the world's cities 2010/2011 Bridging The Urban Divide, Londres: Earthscan, 2008, pg IX.

⁴ SERAGELDIN, Ismail, ob, cit. Pg 12.

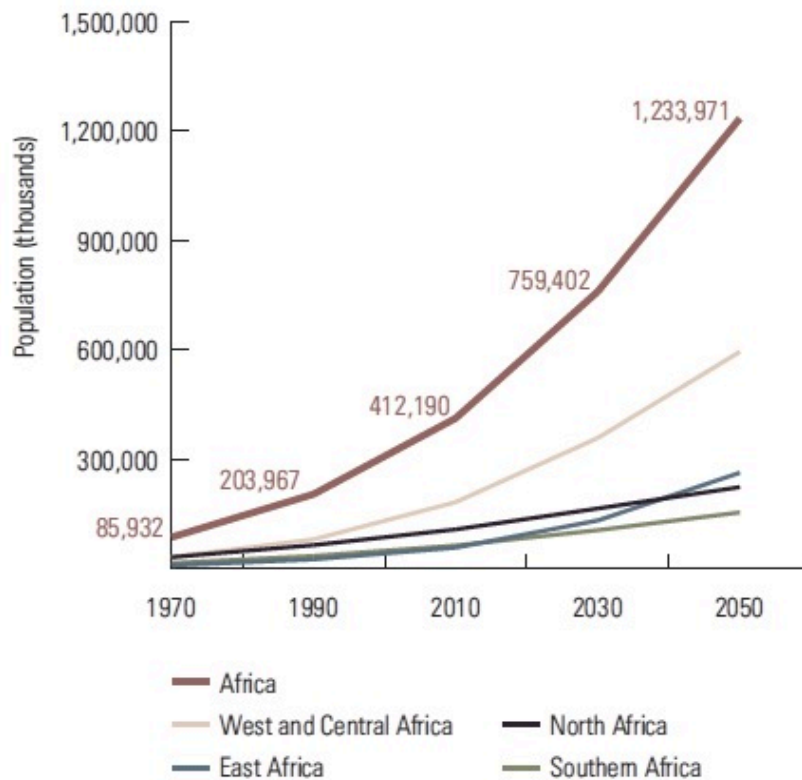
⁵ BADSHAH, Akhtar A, Our Urban Future-New Paradigms for equity and sustainability, London: Zed Pg 2

⁶ UN-HABITAT, ob, cit. Pg IX.



Estimativa de crescimento urbano por hora até ao ano 2015

In: www.favelization.com



Estimativa de crescimento da população urbana em África de 1970 a 2050

In: www.unhabitat.org

seus ambientes urbanos, dos vincados contrastes sociais e das exíguas condições em que vive a maior parte da sua população.

Assentamentos informais como as “favelas” do Brasil, “bairros de caniço” em Moçambique e muitos outros nascidos em cenário de subdesenvolvimento, partilham de um mesmo quadro de marginalidade legal em que se inserem.

Os “pobres urbanos” destes países, não tendo possibilidade de adquirir ou alugar uma casa por meios legais - por constituírem uma classe não credível para o financiamento - recorrem ao sistema informal de obtenção de terra, onde aí, pelos próprios meios procedem à autoconstrução não assistida nos espaços livres do território urbano, com os materiais que encontram ao seu dispor. Assim, os principais problemas deste assentamentos ligam-se à sua carência de infraestruturas e serviços básicos como: abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, pavimentação das ruas ou estradas de acesso de emergência. São resultado da incapacidade de resposta do aparelho administrativo ao avanço urbano e populacional das cidades atuais.

Apesar de partilharem de uma série de características comuns, os assentamentos precários têm contudo histórias de evolução diversas, que diferem até mesmo no que diz respeito a noções de pobreza e necessidades básicas.

Por exemplo no Brasil, mais precisamente em Brasília, cidade projetada de raiz por Lúcio Costa para ser capital administrativa do país, marginalizou-se um sector de população que rapidamente construiu a sua habitação informal no sopé da famosa cidade modernista das grandes avenidas e ministérios.

Em Bombaim na Índia, os habitantes rurais foram atraídos para a cidade pelo “boom” produção de algodão. As favelas de Bombaim cresceram à volta das grandes indústrias uma vez que as zonas pré-estabelecidas para habitação não forneciam emprego para sustentar a população migrante. Assim os slums foram-se alastrando e fundindo-se com as aldeias de industrias vizinhas formando uma grande mancha informal.

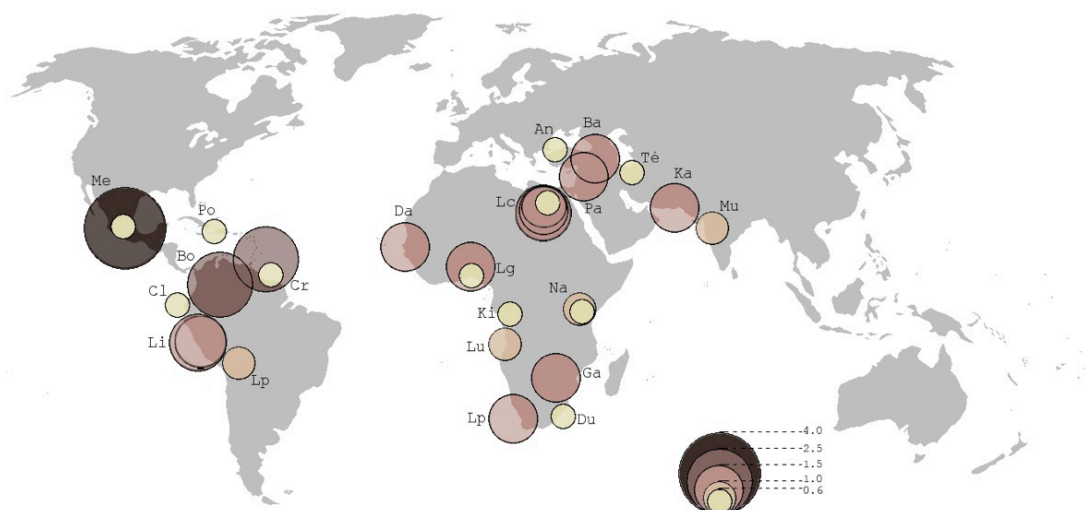
Contudo não é o facto de serem espaços de pobreza com alta densidade populacional e desregrada construção habitacional que os define, mas sim o quadro de marginalidade urbana em que de uma forma geral todos se inserem. Com diferentes graus de formação e estratégias distintas de sobrevivência todos estes aglomerados têm em comum a ocupação clandestina de espaços centrais ou periféricos de cidade cujo acesso à terra é considerado ilegal perante a lei. Estes sobrevivem das lacunas institucionais e subvertem as regras urbanísticas das cidades para se manterem.

Major area, region	Total population (millions) ^a	Urban population (millions) ^a	Estimated slum population	
			Percentage of total population ^a	Percentage of urban population ^b
World	6134	2923	47.7	31.6
Developed regions	1194	902	75.5	6.0
Europe	726	534	73.6	6.2
Other	467	367	78.6	5.7
Developing regions	4940	2022	40.9	43.0
Northern Africa	146	76	52.0	28.2
Sub-Saharan Africa	667	231	34.6	71.9
Latin America and the Caribbean (LAC)	527	399	75.8	31.9
Eastern Asia	1364	533	39.1	36.4
South-central Asia	1507	452	30.0	58.8
South-eastern Asia	530	203	38.3	28.0
Western Asia	192	125	64.9	33.1
Oceania	8	2	26.7	24.1
Least developed countries (LDCs)	685	179	26.2	78.2
Landlocked developing countries (LLDCs)	275	84	30.4	56.5
Small island developing states (SIDS)	52	30	57.9	24.4

Sources: ^aTotal and urban population: *World Urbanization Prospects: The 2001 Revision*, Table A.1. ^bSlum population and percentages calculated by UN-Habitat using data from DHS (1987–2001); MICS (1995–2000); WHO/UNICEF JMP (1998–1999).

Tabela de comparação entre o Total de população mundial, o total de população urbana e o total de população a habitar assentamentos precários.

In: www.favelization.com



As trinta maiores megavelas (2005)

(milhões de habitantes)

1. Neza/Chalco/Itza (Cidade do México) 4,0
2. Libertador (Caracas) 2,2
3. El Sur/Ciudad Bolívar (Bogotá) 2,0
4. San Juan de Lurigancho (Lima) 1,5
5. Cono Sur (Lima) 1,5
6. Ajesunle (Lagos) 1,5
7. Cidade Sadr (Bagdá) 1,5
8. Soweto (Gauteng) 1,5
9. Gaza (Palestina) 1,3
10. Comunidade Orangi (Karachi) 1,2
11. Cape Flats (Cidade do Cabo) 1,2
12. Pikine (Dacar) 1,2
13. Imbaba (Cairo) 1,0
14. Ezbet El-Haggana (Cairo) 1,0
15. Cazenga (Luanda) 0,8
16. **Dharavi (Mumbai) 0,8**
17. Kibera (Nairóbi) 0,8
18. El Alto (La Paz) 0,8
19. Cidade dos Mortos (Cairo) 0,8
20. Sucre (Caracas) 0,6
21. Istamshahr (Teerã) 0,6
22. Tlalpan (Cidade do México) 0,6
23. Inanda INK (Durban) 0,5
24. Manshiet Nasr (Cairo) 0,5
25. Altindag (Ancara) 0,5
26. Mathare (Nairóbi) 0,5
27. Aguas Blancas (Cali) 0,5
28. Agege (Lagos) 0,5
29. Cité-Soleil (Porto Príncipe) 0,5
30. Masina (Kinshasa) 0,5

As trinta maiores favelas do mundo e estimativa populacional de cada uma.

In: www.favelization.com

Começam por atuar como fortalezas defensivas de abrigo e sobrevivência dos habitantes ao meio urbano para posteriormente se transformarem em estruturas segregativas com as suas próprias dinâmicas e regras sociais.

Engane-se no entanto quem pensar que informalidade urbana é sinónimo de subdesenvolvimento e terceiro mundismo. Desigualdades socioeconómicas são comuns a todos os países independentemente do seu grau de desenvolvimento. Fenómenos de informalidade urbana não dizem respeito unicamente ao terceiro mundo, tanto nos países desenvolvidos como nas nações emergentes a acumulação urbana de pobreza e precariedade acentuam a heterogeneidade do bem estar social e as condições de vida desumanas em que vive grande parte da população.

“As tendências demográficas ao redor do mundo mostram que a distribuição de população pelos variados assentamentos não é de forma alguma casual nem planeada. Historicamente, as pessoas agrupam-se em locais favoráveis à sua sobrevivência. A estrutura urbana de um país é moldada por uma série de factores, históricos, topográficos, climáticos e também relacionados com os seus recursos naturais.”⁷

Desde sempre as populações se deslocaram em busca de melhores condições de vida ou na procura de centros de comércio, e na Europa a construção de abrigos clandestinos remonta à antiguidade clássica. Também na idade média, Paris sofreu afluência de grandes massas populacionais vindas do meio rural, que se fixavam em abrigos clandestinos e autoconstruídos. Nos anos 50 as áreas de informalidade eram já bastante frequentes em países com a Inglaterra. Quer-se com isto dizer que na Europa o aparecimento e evolução dos “slums” foi desde sempre acompanhado por um desenvolvimento urbano relativamente gradual, onde a malha das cidades se foi construindo e alterando ao sabor de guerras e evoluções científicas.

“Para passar de um estado de urbanização num valor de 12% para valores na ordem dos 32%, a Europa demorou cerca de uma centena de anos, enquanto que nos países do terceiro mundo, o mesmo processo desenrolou-se em cerca de 50 anos. Trata-se portanto de uma verdadeira explosão urbana e, de um fenómeno único em toda a história da urbanização, sendo que este aumento da taxa de urbanização tem sido constantemente acompanhado de uma inflação demográfica, sem precedentes.”⁸

⁷ BADSHAH, Akhtar A, Our Urban Future-New Paradigms for equity an sustainability, London: Zed, 1996. Pg2.

⁸ BAIROCH, Paul. Storie delle Città. Dalla proto urbanizzazione all’esplosione urbana del terzo mundo. Milano: Jaca Book 1992

Nos países emergentes a urbanização não foi consequência de um processo lento sobre uma base sólida como no mundo ocidental. Pelo contrário, no terceiro mundo este processo eclodiu num curto espaço de tempo, em cidades com sistemas urbanos frágeis e irregulares, altas taxas de natalidade e elevados índices de migração rural, muito acima dos números registados aquando do “boom” urbano nos países desenvolvidos.

“Outra grande diferença entre a evolução dos países desenvolvidos e o terceiro mundo, é que no segundo caso o rápido crescimento populacional não foi acompanhado de uma revolução industrial, revolução esta que nos países ocidentais permitiu às cidades absorver grande parte dos excedentes populacionais vindos do campo.”⁹

Como explica Bernard Granotier, no terceiro mundo o processo de urbanização assenta sobre um sector “terciário primitivo”, constituído por comércio pontual e pequenas redes de prestação de serviços, a uma escala quase doméstica.

A suburbanização dos grandes centros emergentes ocorre de forma desordenada, através de processos múltiplos e simultâneos, operando-se seu próprio ritmo entre avanços e retrocessos, extravasando os fundamentos do urbanismo ocidental.

É ilusório no entanto, pensar que o primeiro mundo teria capacidade de lidar eficazmente com tais adversidades económicas e demográficas. Não é comparável a atual capacidade financeira dos países emergentes, àquela que os países ocidentais possuíam aquando da sua explosão urbana. No caso das nações Africanas, Walter Rodney, explica de forma algo concisa e clara o porquê de tais diferenças, no seu estudo intitulado “How Europe underdeveloped Africa”. Para este, identificam-se dois factores muito importantes na história dos países subdesenvolvidos. Em primeiro lugar, a crescente riqueza gerada pelos países desenvolvidos através da exploração dos recursos de terceiros; e em segundo lugar as restrições económicas impostas aos países explorados, de disfrutar plenamente do seu potencial económico. (...) A economia Africana está integrada na mega estrutura do capitalismo económico desenvolvido, mas, está integrada de uma forma que lhe é desfavorável e que assegura a sua continua dependência das grades nações ocidentais .¹⁰

A interdependência económica sem precedentes que perpetuou ao longo da história dos vários países, as sequelas deixadas pelas políticas de exploração colonial e a dependência

⁹ BAIROCH, Paul. Storie delle Città. Dalla proto urbanizzazione all’esplosione urbana del terzo mundo. Milano: Jaca Book 1992. Pg576.

¹⁰ RODNEY, Walter. How Europe Underdeveloped Africa, Washington, D.C.: Howard University Press, 1982, Pg. 121.

de financiamentos internacionais para a gerência da crise urbana dos países subdesenvolvidos em conjunto com um elevado índice de pobreza, desemprego e baixas qualificações técnicas da população, são aspectos diretamente relacionados com a suburbanização vivida atualmente pelos países emergentes africanos.

A somar a esta dependência perpetua-se a desordem governamental vigente nestes países, o seu subaproveitamento de recursos, e uma corrupta distribuição de capital interno aleada a climas de instabilidade política; factores que persistem em dificultar a solução dos problemas de natureza económica do terceiro mundo.

Em suma, isolar os factores que mais profundamente contribuíram para o explosão urbana dos países em vias de desenvolvimento será tão ilusório quanto tentar construir modelos teóricos que quantifiquem o grau de influência que cada factor.

O que será importante reter desta abordagem, é que a expansão da educação e a disparidade dos níveis de rendimento nas cidades, em conjunto com altas taxas de natalidades, foram os elementos que mais contribuíram para a aceleração do êxodo rural; principal gerador da hipertrofia urbana que se faz sentir nos grandes centros dos países emergentes atualmente. No entanto, é preciso ter em conta também, que a magnitude deste fluxo migratório e a explosão urbana de cada país diferem consoante o seu passado histórico e as suas estruturas sociais, políticas e culturais.

3.2 Efeitos das políticas coloniais sobre as cidades Africanas

Pretende-se com este capítulo explorar os impactos que as forças globais exerceram sobre o desenvolvimento da totalidade do território Africano e em que medida estas contribuíram para o agravamento da suburbanização e consequente informalidade que se faz sentir nas principais capitais deste continente. Como anteriormente foi referido, África é um continente de grandes contrastes. De norte a sul é possível encontrar países com diferentes índices de desenvolvimento e heranças culturais muito distintas, como é o caso dos países do Norte de África que devido à sua localização geográfica foram alvo de uma maior influencia Europeia e do Médio Oriente e são frequentemente abordados separadamente dos países a sul do Sahara. Mas, mesmo dentro de uma mesma área, como sendo por exemplo a África subsaariana as realidades diferem muito consoante a sua história de domínio colonial de cada país, os seus recursos naturais, a sua localização geográfica, hábitos culturais, história política, etc. Todos estes factores tiveram influencia na forma como estes países foram integrados ou não na economia global, nos seus interesses governamentais, nas políticas internas por eles adoptadas, e até mesmo na sua urbanização. Continua em discussão a questão sobre o verdadeiro papel deste continente na economia global, sobre o porque da fragilidade de quase todos os seus governos e sobretudo quais as lacunas políticas que originaram a suburbanidade e pobreza extrema em que vive a maior parte da sua população. Uma ideia se mantém clara: a fragilidade económica deste continente deixou-o à mercê das políticas ditadas pelas grandes agencias mundiais.

Assim pretende-se aqui perceber como sociedades distintas podem ter níveis de crescimento tão dispares e até que ponto o desenvolvimento e urbanização do território africano foram condicionados pelas políticas de exploração económica ultramarina. Para isso far-se-á de seguida uma reflexão algo sintética numa perspectiva de análise histórica e urbana, sobre as varias fases de desenvolvimento das sociedades africanas desde os primeiros contactos que tiveram com as nações Europeias, denominado período pré-colonial (XVI a XVII), passando pelo fase opressiva dos regimes coloniais, entendendo o papel da cidade como agente do domínio territorial e político, e finalmente se procederá à observação das transformações urbanas da África pós-colonial ou independente.

África pré-colonial

Em África, a génese da vida urbana estende-se ao berço das antigas civilizações. No norte de África por exemplo, os primeiros vestígios de colonização remontam ao século IV a.C. quando os gregos, fenícios e Romanos iniciaram os contactos com reinos locais africanos afim de estabelecerem rotas de comércio que encorajaram a construção de portos como Cartago e Alexandria. A cidade de Cartago, que chegou a abrigar cerca de 100.000 habitantes, foi fundada pelos fenícios em cerca de 800 a.C. transformando-se num foco de grande agitação económica, que assentava nas redes de comércio de produtos no mediterrâneo. Já nos países a sul do Sahara, a cidade era morada de reis, governantes políticos e religiosos, que aí estabeleciam as suas cortes vivendo do cultivo de alimentos localmente e incentivando a produção de artes e ofícios. A realeza tinha algum controle sobre os processos de câmbio e comércio que se faziam na altura, no entanto existem também factos que comprovam que esta atividade não era exclusiva ao meio urbano. Algumas civilizações e suas cidades perpetuaram-se por dinastias de governantes como é o exemplo da cidade de Yoruba na Nigéria que atravessando séculos se mantém um ponto importante ainda hoje, enquanto outras sobreviveram apenas a um reinado, desaparecendo após a sua morte do seu líder.

Nos primeiros séculos d.C., os povos do reinado Bantu, cujo principal meio de subsistência é a agricultura, espalharam-se pela África central formando pequenas comunidades agrícolas cada uma liderada por um rei, estando no entanto interligadas política e militarmente por uma poder soberano sediado na sua capital. Estes pequenos reinos estão na origem de muitas das cidades da África central.

Outro factor de grande importância para o processo de formação das primeiras cidades africanas, foi a difusão do islamismo principalmente pelo norte do continente. Apesar dos seus povos serem maioritariamente nómadas, esta religião encontra na cidade um ponto de estabilidade importante para a disseminação da sua fé. Assim, a maior parte da população do norte de África converte-se ao islamismo por volta dos séc. XI e XII. Os bairros árabes eram geralmente estabelecidos anexos às cidades pré-consolidadas, como é o exemplo da cidade de Túnis que nasceu a 15 km de Cartago. A integração dos vários reinos africanos em sistemas económicos cada vez mais amplos, parece datar da extensão do comércio medieval muçulmano ao Sudão, a sul do vale do Nilo e na costa oriental Africana. Inicialmente focado na venda de sal e ouro, o comércio foi seguido pela religião e estimulou o crescimento populacional nos limites do deserto Sahara, junto aos portos marítimos, e no interior em pontos de cruzamento entre canais de água e rotas terrestres. Na zona costeira do leste africano, as cidades de Zanzibar, Lamu, Mombaça,

Pemba e Kilwa, localizadas em ilhas tiravam partido da sua posição geográfica para o desenvolvimento da sua economia mercantil. Estas encontravam-se também bastante próximas do modelo das cidades islâmicas do oriente médio, existindo em todas elas vestígios de antigas mesquitas muçulmanas, enquanto nos assentamentos do Sudão as influências muçulmanas são bem mais heterogéneas. Nesta altura, algumas cidades situadas a norte do Sahara, exibiam já dimensões consideráveis, no Cairo estima-se que vivessem cerca de 500.000 pessoas no início de séc. XIV, em Fès com cerca de 100.000 habitantes no séc. XI chegou aos 200.000 no séc. XIII, enquanto os aglomerados situados a sul do deserto apresentavam geralmente de dimensões bem mais reduzidas.

Por volta do séc. XV, os portugueses expandiram as suas rotas comerciais pelo continente Africanos, seguidos posteriormente pelos ingleses e franceses. O mercantilismo da costa ocidental africana focava-se inicialmente no comércio do ouro e era liderado por reinos locais, até ao final do séc. XV, quando os portugueses introduziram o comércio de escravos e pimenta.

O comércio de escravos ascendeu progressivamente ao longo do séc. XVI na costa ocidental africana, mediado por mercadores que propunham as trocas entre os europeus que precisavam de escravos e os chefes dos reinos africanos que em troca recebiam armamento. Nesta fase, cerca de 12 milhões de escravos foram levados de África em embarcações cristãs e 7 milhões em muçulmanas, ao mesmo tempo, as cidades costeiras iam-se expandindo e atraindo cada vez mais população pela agitação mercantil dos seus portos. Após iniciadas as atividades mercantis portuguesas na foz do Rio Senegal, as suas linhas de comércio estenderam-se por toda a costa ocidental, tendo fundado e promovido a evolução de várias cidades como Bissau, São Salvador, Luanda, Benguela etc. Só posteriormente estes passaram à exploração da costa oriental. Nesta área, as repercussões da sua exploração foram bem menos visíveis, isto porque, as rotas de comércio para a Ásia apresentavam-se já nesta fase bem mais lucrativas do a possível exploração do ouro a partir da costa este, com a agravante de que o domínio da área já à muito pertencia aos povos árabes. Assim, o contínuo clima de instabilidade criado pela disputa entre árabes e europeus impossibilitou o desenvolvimento urbano das cidades mercantis nesta costa, registando-se apenas a fundação de Moçambique e o domínio temporário Zanzibar e Mombaça.

O comércio de escravos, dinamizou bastante alguns pontos da costa africana, gerando a consequente ascensão dos respectivos reinos em relação aos seus vizinhos do interior do continente. Isto provocou um crescente descontentamento dos chefes dos pequenos reinos rurais que se sentiram excluídos das plataformas de comércio ultramarino e iniciaram uma série de atentados militares contra os seus companheiros costeiros. Assim,

afim de evitar conflitos que pusessem em causa as atividades mercantis, os europeus declaram a não exclusividade da atividade aos reinados costeiros onde se localizavam os portos de comércio, permitindo aos mercadores do interior a sua deslocação aos mesmos para aí também efetuarem as suas trocas. Esta prática veio não só destruir a cooperação entre os pequenos reinos locais do sul do Sahara, promovendo os circuitos de comércio responsáveis por constantes guerrilhas entre os vários reinos que aspiravam ao monopólio do comércio de escravos, como também marcou o início da dependência entre os reinos africanos e os mercados económicos europeus que começavam a ganhar já alguns contornos capitalistas. Este cenário de constante conflito, iniciado no séc. XVI manteve-se até ao séc. XIX quando foi promovida a abolição do tráfico de escravos, sendo que nesta altura já as cidades africanas se encontravam bastante devastadas pelos conflitos que promoveram a sua nítida regressão urbana.

África colonial

O processo de colonização em África surge numa fase em que a poder económico Europeu se acentuou de tal forma, que se reuniram todas as condições para se formar um regime de governação totalitário, com capacidade para controlar e desenvolver todo o processo exploratório exercido até então sobre o continente Africano.

No início da primeira Guerra Mundial em 1914, exceptuando a Libéria e Etiópia, todo o continente africano encontrava-se já sob o domínio colonial, e o período mercantilista característico da fase pré-colonial dava agora lugar a um regime exploratório e capitalista liderado pelas grandes potências europeias. Após uma longa fase de prevalência do comércio de escravos como principal meio de produção de riqueza, o desenvolvimento do capitalismo na Europa, abriu agora portas à procura de matérias primas baratas para a posterior manufatura e exportação de produtos. Assim, o sistema colonial baseava-se na aquisição de províncias ultramarinas como territórios anexos aos grandes estados europeus, de onde se extraía grande parte da matéria prima que gerava lucro ao país. Aproveitando-se dos efeitos devastadores deixados pelo comércio de escravos, estes procederam na África ocidental à criação de grandes monopólios de comércio de matéria-prima a baixo custo, através da aplicação de altas tributações agrícolas, da exploração dos camponeses, com coação dos governantes locais a quem era oferecido algum suporte. Já no sul e parte oriental Africana, a preferência era pela exploração agrícola e de minério que se fazia através do trabalho forçado, da expropriação e confiscação das terras, da tributação agrícola em conjunto com

discriminação da agricultura local. Foram reestruturadas as estratégias de comércio de bens agrícolas, e introduzidos novos sistemas administrativos que visavam a exportação dos produtos com retornos mínimos para os agricultores locais de modo a mantê-los dependentes. Assim, a exploração de cacau, café, óleo de palma, castanha de caju e amendoins africanos era toda destinada à exportação para a Europa. Até os camponeses mais tradicionais passaram a integrar a grande economia mundial e foram subjugados às regras desse mesmo mercado através da implementação das grandes monoculturas agrícolas em território Africano.¹¹

No que toca à urbanização, o sistema colonial encontrou nas cidades o local apropriado para consolidar seu poder político-administrativo e controlar a extração, produção e exportação de matéria-prima. Algumas das mais importantes cidades atuais da costa africana iniciaram a sua formação no período colonial e perpetuaram-se ao longo dos tempos por serem importantes centros de exploração de matéria-prima, ou pela localização estratégica dos seus portos para exportação e importação de produtos, ou ainda por serem locais de acesso facilitado à pátria-mãe Europeia e respectivo país colonizador. Dentro de cada país, o investimento colonial era consideravelmente variável de região para região, dependendo do grau de integração das diferentes partes na economia capitalista. Exemplo disso, são as zonas norte do Quênia e sul do Sudão, onde a intervenção colonial teve menor impacto, por não apresentarem características particularmente vantajosas para o sistema. Muitas vezes, até a nível de distrito de uma colônia, existia discriminação a nível da prestação de serviços sociais, com base no seu grau de excedente exportável.¹² Assim, alguns dos centros urbanos pré-existentes perderam nesta fase o seu valor regional por não oferecerem grande potencial a nível geográfico ou de exploração para grandes rotas de exportação. O sistema colonial procedeu também ao aproveitamento de muitos dos assentamentos costeiros pré-existentes, que por disporem já de uma série de estruturas consolidadas possibilitaram um processo mais rápido e eficaz de exploração aumentando consideravelmente a sua dimensão em relação a fases anteriores, como é exemplo a cidade de Lagos na atual Nigéria que se tornou colônia inglesa em 1861 em detrimento da antiga cidade de Old-Oyo.

Grandes estruturas viárias e ferroviárias foram construídas a comando das forças coloniais, de forma a facilitar o transporte de produtos dos grandes campos de exploração regional para as respectivas cidades e portos de exportação rumo à Europa.

¹¹ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Africa Endurance and Change of South Sahara*, tradução de David Maisel, London: University of California Press . 1992. (Edição original: *Afrique Noire: permanences et ruptures*, Editions Payot, 1985), Pg. 121.

¹² RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*, Washington, D.C.: Howard University Press, 1982, Pg. 208-209.

Estas tinham uma clara distribuição geográfica, que funcionava de acordo com o grau de exploração de cada região e respectiva necessidade de estruturas viárias para as atividades de exportação e importação. Lugares onde a exportação não era rentável, não eram providos de caminhos de ferro, pois estes destinavam-se a servir apenas o negócio das empresas madeireiras, empresas comerciais e de concessão agrícola, sendo de uso reservado aos colonos brancos.”¹³

Começa assim a verificar-se uma grande discrepância entre o índice de desenvolvimento das cidades do interior, pouco urbanizadas, e os das cidades costeiras que à custa do subdesenvolvimento das primeiras se assumem como capitais da prosperidade económica e política das recém-formadas colónias.

Nestas cidades raramente era introduzida a fabricação industrializada de produtos, sendo também descartada a formação de mão de obra qualificada para o efeito. Excetuando a indústria que servia única e exclusivamente para atender as necessidades da população europeia estabelecida nas colónias, os respectivos países Europeus não tinham interesse em promover qualquer desenvolvimento nas colónias que pudesse fazer frente à pátria mãe, cuidando para que nunca o monopólio comercial ultramarino fugisse do seu controle.

Num período inicial a construção de modelos de fortaleza defensiva demonstrou-se eficaz na coerção e exploração das colónias assegurando a proteção das armadas e controlando o crescente interesse das outras potências, mas com o passar do tempo, novas preocupações emergiram com a saúde e a necessidade de fornecer à população colonizadora alguma qualidade de vida nesses lugares. Assim sendo, foram implementadas regras de saneamento e estruturas administrativas rudimentares com base em quadros legislativos importados, que tinham como objectivo assegurar a obtenção de rendimentos suficientes para as colónias, de forma a controlar o escoamento de fundos do governo central ou metropolitano. De sedes guarnição os centros urbanos coloniais passaram a sedes de governo locais, onde se foram estabelecendo também os escritórios de muitas das principais empresas ocidentais, passando estes a fornecer um mercado de trabalho exponencial, não por se tratarem de centros de produção (embora houvesse sempre emprego no sector de serviços, cujos funcionários administrativos, intérpretes, funcionários dos correios, pequenos comerciantes e trabalhadores não qualificados eram empregados), mas por serem núcleo de controle do abastecimento e demanda dos produtos, que em nada contribuía

¹³ RODNEY, Walter, ob. Cit, pg 209.

para garantir a manutenção da sua produção que desde sempre se situou no campo.¹⁴ Por esta altura os camponeses do interior viam a sua subsistência cada vez mais dificultada, uma vez que com o novo sistema de monoculturas já não obtinham produtos diversificados para garantir uma alimentação relativamente equilibrada às suas famílias e tendo que pagar taxas altas pela exploração dos terrenos, não conseguiam obter qualquer lucro da sua produção. Assim, viram na migração a única forma de fugir ao cenário de carência vivido nas zonas rurais. Com isto, as suas deslocações em direção à cidade que antes eram de carácter temporário passaram a constituir-se definitivas, como aconteceu em Nyasaland (Malawi) e Moçambique onde a quantidade de camponeses a rumarem à indústria mineira Sul-Africana ou às plantações da Rodésia era de tal forma numerosa, que o controle desse processo migratório se tornou uma preocupação para as autoridades coloniais.¹⁵

Ora esta chegada cada vez mais constante de gente do interior às principais cidades coloniais, produziu uma série de impactos sobre as políticas de gestão urbana. Assim, primeiramente a necessidade de estimular a oferta e o controlo do mercado laboral, levou à provisão, por vezes subsidiada, de casas para arrendamento ao sector publico. Estas habitações apresentavam-se fisicamente separadas das zonas de construção dos habitantes nativos cuja obtenção de terra funcionava sob um sistemas de posse local. E mesmo dentro do sector trabalhador, a população era segregada por áreas de residência, segundo premissas religiosas, políticas, sociais e étnicas. Um exemplo extremo da segregação étnica e racista nas cidades coloniais é caso da Cidade do Cabo na África do Sul. De fundação Holandesa, esta foi mantendo ao longo dos anos uma relação sem constrangimentos com a população nativa até se descobrir a exploração do ouro e dos diamantes, que veio marcar a inversão dos papéis dinâmicas vividas até então. A descoberta de tais minérios, permitiu a construção no séc. XIX, de uma nova rede de caminhos de ferro e um porto marítimo na cidade, os quais funcionaram como chamariz para a população europeia, que ao tornar-se numerosa conseguiu aos poucos expulsar a gente nativa do centro da cidade para a periferia, onde aí esta se estabeleceu formando um bairro de abrigos temporários. Esta segregação evolui para o mundialmente conhecido regime Apartheid, que proibiu durante anos a população negra de transgredir os limites de separação entre cidade negra e cidades branca, retirando-lhes direito à cidadania através de políticas que visavam o reconhecimento do cidadão

¹⁴ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *The History of African cities South of Sahara-From origins to colonization*, tradução de Mary Barker, Princeton: Marcus Wiener Publishers, 1993. Pg330.

¹⁵ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Africa Endurance and Change of South Sahara*, traduce David Maisel, London: University of california Press Ltd. 1992. (Edição original: *Afrique Noire: permanences et ruptures*, Editions Payot, 1985), Pg. 126.

através da posse de terra. Uma vez que os aglomerados clandestinos onde vivia a maior parte da população não eram reconhecidos por lei, conseqüentemente esta população era inexistente aos olhos do seu próprio país. Noutros estados as políticas urbanas coloniais não surtiram efeitos tão extremistas, o que não invalidou a tentativa por partes das autoridades coloniais de controlar e restringir a população urbana africana à estritamente necessária para assegurar a mão de obra das empresas coloniais levando à aplicação de medidas de erradicação das zonas de habitação temporária (assentamentos informais) e ao controle dos sistemas da economia informal já vigentes nessa altura. No entanto estas leis revelaram-se incapazes de controlar a afluência de população, que no início dos anos cinquenta chegou aos 2.4 milhões de pessoas na cidade do Cairo, aos 915.000 em Johannesburg na África do sul seguida de muitas outras com um numero superior a 400.000 habitantes. Em África, isto eram sinais conducentes ao aparecimento dos primeiros indícios precursores dos maiores problemas das atuais cidades do terceiro mundo – tendo em conta o nível de desenvolvimento das mesmas na altura – tais como a construção de abrigos temporários e o aparecimento dos primeiros sistemas de informalidade no meio laboral, fenómenos muito mais antigos do que se pensa, uma vez que a sua existência remonta pelo menos ao cenário das cidades pré-coloniais do séc. XIX.¹⁶

África independente

O eclodir da segunda Guerra Mundial (1939-1945), veio marcar a mudança de pensamento à cerca do regime colonial vigente nos países africanos. Muita da população nativa das colónias Francesas e Inglesas foi nessa altura, recrutada para lutar pelas forças Aliadas contra o Eixo. Isto desencadeou a tomada de consciência de muitos Africanos, de que estariam a dar a vida em serviço de um país que não era o seu, enquanto o seu próprio se encontrava ainda sob o domínio de outrem. Por volta de 1940, novos partidos se formavam em busca da liberdade política e do fim do regime colonial de exploração capitalista e com o tempo os movimentos nacionalistas de libertação Africana foram-se tornando cada vez mais intensos e expressivos, sendo que no final do anos 60 e início de 70, grande parte das antigas colónias conseguia já a sua independência política. Apesar de relativamente rápido, este processo não ocorreu pacificamente e o clima de instabilidade vivido, tonou-se insustentável tanto para o bom

¹⁶ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. The History of African cities South of Sahara-From origins to colonization, tradução de Mary Barker, Princeton: Marcus Wiener Publishers, 1993. Pg330.

funcionamento das empresas ocidentais com sede em estados Africanos, como para a minoria branca que as dirigia cada vez mais perseguida pela ira dos revoltosos, levando assim à retirada de grande parte do investimento do capital estrangeiro no continente.

Todo este processo, alimentou as expectativas que o povo africano tinha de poder finalmente trilhar o seu próprio caminho rumo à progresso económico e industrial do seu país, com base na concertação entre as tradições locais, a experiência adquirida do convívio com os expatriados e a observação dos seus modelos de desenvolvimento económico. No entanto a realidade ficou muito aquém das aspirações, e por uma multiplicidade de razões quase cinquenta anos depois, África encontra-se ainda numa situação bastante instável que a subordina a vários níveis aos interesses ocidentais: a sua economia encontra-se dependente da exportação de matéria-prima e refém do investimento multinacional denunciando índices de desenvolvimento mais baixos que os da Ásia ou América latina; a nível agrícola, a perpetuação dos sistemas de monocultura implantados na época colonial, condiciona o sector económico e continua a gerar períodos de seca e subnutrição da população; no que diz respeito ao sector industrial, a inexperiência governamental, a proliferação de epidemias devido ao frágil ou inexistente sistema de saúde em conjunto com a instabilidade política, têm dificultado o investimento na educação e formação de crianças e jovens, levando à escassez de quadros qualificados para o desenvolvimento da indústria de produtos manufacturados.

Uma questão de extrema importância para perceber o contexto de instabilidade política que envolve a maior parte dos estados africanos é o facto de as fronteiras políticas coloniais terem sido estabelecidas sem qualquer consideração pelos povos e culturas de cada região, permanecerem as mesmas até aos dias de hoje. Apesar de todos os esforços feitos para a união e cooperação entre os vários países africanos, isto é causa de conflito constante entre povos de diferentes costumes que não se identificam como parte de uma mesma nação estabelecida por lei.¹⁷

¹⁷ Um exemplo bastante atual que ilustra com clareza esta situação, é o do movimento de libertação de Cabinda (FLEC/FAC) que há muito luta pela independência política do território Angolano. Este enclave geograficamente situado entre o Zaire, o Congo e o Oceano atlântico, cujo tratado de “Simulambuco” o preconizou protetorado Português em 1885, viu desde cedo o seu território ser anexado à vizinha colónia Portuguesa. Aquando da independência política de Angola em relação ao estado Português, o povo desta região iniciou também revoltas pela libertação do seu território, vendo cair por terra os seus esforços, quando selados os acordos de Alvor entre Portugal e Angola que legitimaram a invasão de Cabinda pelas Forças Angolanas. Até hoje Angola detém o domínio do território cabindense, não abdicando de tal, por este enclave representar uma das maiores fontes de rendimento para economia angolana, que da sua exploração obtém cerca de 400 milhares de barris de petróleo por dia. O povo de Cabinda permanece descontente atentando contra o estado angolano, por em nada se identificar com a cultura e história do país, e também por ver os rendimentos da exploração do seu território serem utilizados em benefício de outras províncias que não a sua.

Ora, toda a conjectura política e económica até agora descrita, deixa os estados Africanos de certa forma dependentes de auxílio estrangeiro para o equilíbrio do seu país. Os países doadores, geralmente ex-colonizadores, prontamente se dispõem a disponibilizar fundos monetários para ajudas humanitárias, fornecimento de alimentos, assistência a refugiados, etc. No entanto, esta ajuda garante-lhes de certa forma alguma margem de manobra na decisão do que é ou não primordial na recuperação económica desses países. Obviamente que essa ajuda vai por sua vez, ao encontro dos interesses das empresas de investimento estrangeiro, que propõem retornos de certa forma desleais a longo prazo, sendo que os benefícios que obtêm em troca “de ajuda ao desenvolvimento dos países em crise”, supera normalmente o fluxo na direção contrária, principalmente quando este financiamento vem acompanhado de juros impostos pelos Bancos ocidentais. Walter Rodney afirma: *“A economia africana está integrada no grande sistema vertical da economia dos países desenvolvidos, mas está integrada de uma forma que lhe é desfavorável e assegura a sua constante dependência económica das grandes potências capitalistas.”* No entanto, apesar de todo o cenário de dependência em que África está envolvida é necessário manter presente que o seu governo exerce autonomia política, e será portanto erróneo atribuir a total culpa da sua situação à tirania dos interesses das grandes potências mundiais.

3.3 Planos de desenvolvimento progressivo | Exclusão vs. Inclusão

O poder político e as decisões públicas tingem o tecido urbano e afectam diretamente a paisagem das cidades. As estruturas urbanas respondem e correspondem a formas de poder e são representativas da aptidão dos diferentes atores que conformam a cidade. Então a que se faz referência quando se fala de participação? É necessário identificar o papel participativo de cada ator na criação do espaço urbano, assim como o seu modo de intervenção, distinguindo também os tipos de conflito e os atores dominantes e dominados das comunidades urbanas contemporâneas. As políticas urbanas parecem cada vez mais definir segurança, e a segurança parece orientar as políticas urbanas. Mas estes mecanismos são ainda pouco conhecidos e os campos de ação pública muito pouco interrelacionados. Algumas perguntas continuam sem resposta. No entanto nada foi feito para alcançar o equilíbrio entre o que funciona (cria convivência e inclusão), e o que não funciona (gera exclusão).

Com a urbanização, novas formas de pobreza e desigualdade foram aparecendo. Os lugares de vida e modos de vivência - bairros centrais, periféricos, assentamentos informais, etc. - refletem e induzem a desigualdade entre os cidadãos que não têm as mesmas oportunidades, não enfrentam os mesmos riscos e não têm a mesma capacidade económica e financeira frente aos outros.

É impossível encontrar soluções para o problema habitacional urbano sem ter em conta os fatores económicos, sociais e educativos da população, assim como é indispensável ter em conta as vivências, o habitat e as diferentes formas de apropriação dos espaços de cidade.

*“Uma das características do 'espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos da distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de sua evolução. Aliás, essas duas dimensões escondem e incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida etc.”*¹⁸

¹⁸ SANTOS, Milton. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988. cap 3 pag 15.

A linguagem morfológica da cidade é definida pelos políticos, profissionais e técnicos que concebem a cidade como uma entidade global mas não necessariamente globalizante, no sentido da cidade inclusiva.

Em todas as cidades a palavra de ordem ao longo dos anos vem sendo segurança. O discurso público sempre deu ênfase ao ordenamento do espaço urbano segundo uma perspectiva de controle. No entanto, a maioria destas regenerações urbanas cuja premissa principal é a segurança, têm vindo a beneficiar ambientes de segregação e fragmentação sócio-espacial. Grande parte das políticas urbanas aplicadas nas cidades têm-se demonstrado ineficazes e são sintomáticas dos consecutivos erros do pensamento governamental e de falsas pertenças de que será possível construir um meio urbano uniforme para todos.

“Os arquitetos e tecnocratas presumem saber as necessidades da população, mas muitas vezes as suas propostas refletem alguma falta de humanismo e falham ao presumir que as comunidades carenciadas nada mais precisam do que um abrigo com acesso a infraestruturas básicas (água, luz e saneamento).”¹⁹

Com programas formais divergentes, políticas que vão da remoção dos assentamentos informais para realojamentos dos habitantes em novas áreas de urbanização, até às pretensões de requalificação e melhoramento dos próprios assentamento, todas vêm competindo na descoberta da melhor forma de lidar com os problemas vigentes nas atuais cidades dos países em vias de desenvolvimento. Há que ter em conta no entanto, que apesar das múltiplas características que os assemelham, não é possível designar os assentamentos informais como um fenómeno uniforme vigente nos vários países. A informalidade de cada caso é caracterizada por tipologias distintas, que implicam formas de pensamento e posturas de ação particulares a cada uma.

Assim, tendo em conta esta realidade, far-se-á de seguida uma reflexão, sobre algumas das políticas e respectivos planos, aplicadas nas mais diferentes realidades sociais e culturais dos países em vias de desenvolvimento, que segundo parâmetros analíticos comuns se agruparam em dois modelos distintos : Políticas de exclusão ,cujos planos de ação potenciam a rejeição e exclusão sócio-espacial; e Políticas de inclusão que pelo contrario, abrangem planos de melhoramento e evolução sócio-espacial.

¹⁹ SERALGELDIN, Ismail. The Architecture of Empowerment, London: Academy Edition, 1997, pg 9.

Políticas Urbanas de Inclusão Social

Desde o aparecimento dos assentamentos informais, os governos dos países em vias de desenvolvimento vêm adotando diferentes posturas que vão de incúria, hostilidades e marginalização, passando pela provisão de habitações de baixa renda, posições em que os assentamentos informais são tolerados ou mesmo aceites, a suporte de políticas de alojamento como o “self-help” e finalmente a posturas de assistência a projetos de melhoramento das próprias áreas ilegais como os modelos “sites-and-services” ou “slum upgrading”.

Assim, como referido anteriormente, os papéis têm-se invertido ao longo dos tempos no sentido em que é cada vez maior o desejo de inclusão e integração social das estruturas urbanas informais nas malhas urbanas formais.

No que concerne ao fornecimento de alojamento, deixa de se dar preferência a estruturas administrativas centralizadas onde no topo da hierarquia se encontram as instituições governamentais, para se passar a organizações de gestão em rede onde os diferentes atores desempenham papéis específicos e de importância equivalente.

Assim, governos atuais encontram o seu lugar muito mais no que toca ao suporte burocrático e financeiro da promoção de sistemas de autoajuda e infraestruturação de áreas não urbanizadas do que associados à vertente construtiva da habitação, a qual passou a estar nas mãos da população que com o apoio de organizações não governamentais, associações comunitárias e empresas locais muitas vezes informais, está encarregue que construir a sua própria habitação de acordo com as suas possibilidades. Sendo assim imprescindível a percepção do trabalho e dos modos de construção dos habitantes de cada lugar para que ao invés de lhes serem impostas soluções, lhes sejam fornecidas sugestões de como executar da forma mais viável e eficaz certo tipo de trabalhos.

Os modelos que de seguida serão enunciados e discutidos, sendo estes o de “Self-help”, “Sites-and-services” e “Slum upgrading” serão organizados cronologicamente por representarem a evolução do pensamento em relação melhor forma de lidar com as zonas de assentamento informal com vista ao seu fortalecimento e minimização dos seus impactos negativos.

Modelo “Self-Help”

Na década de 1970 alguns urbanista e pesquisadores viram nos assentamentos precários uma fonte de esperança para a melhoria da problemática habitacional das sociedades

contemporâneas. Estes perceberam que os assentamentos informais conseguem, ainda que com algumas deficiências, suprir as necessidades habitacionais básicas das pessoas que neles vivem.

“Turner testemunhou a produção de 50.000 habitações autoconstruídas em Lima no Peru num período de sete anos (1959-66), enquanto no mesmo período o governo produziu cerca 5.576 unidades habitacionais, sendo que nenhuma delas era passível de ser comprada ou arrendada até por uma família de classe média.”²⁰

Assim, surgiu um modelo de pensamento vanguardista que pela primeira vez viu os assentamentos informais não como parte do problema, mas como parte da solução. O sistema “Self-help”, nome atribuído por Turner, propunha tirar partido da autossuficiência, autonomia e descentralização dos assentamentos informais na tentativa de suprir com alguma rapidez os défices habitacionais das cidades.

Aqui, os principais responsáveis pela construção das habitações seriam os seus futuros proprietários que em conjunto com organizações não governamentais, pequenos empreiteiros, agências de governo locais e companhias de apoio ao financiamento criariam uma rede de troca de serviços autosuficiente que mudaria por completo o sistema social.

“While people tend to intolerantly look a centrally administered gift horse in the mouth, they show a surprisingly facility for multiplying the blessings on something they have done for themselves.”²¹

Este modelo, assim como tantos outros revelou os seus problemas a longo prazo, pois apesar da autoconstrução reduzir os custos de produção da habitação, demonstrou-se insuficiente no suporte do défice orçamental entre os rendimentos dos habitantes e as renda das habitações, deixando mais uma vez o sistema largamente dependente de subsídios governamentais. No entanto, apesar dos obstáculos que acarreta, o modelo “self-help” teve especial importância pelo reconhecimento da capacidade de auto-evolução, consolidação e permanência dos assentamentos precários, assim como o lugar essencial que ocupam no apoio aos emigrantes recém-chegados às cidades. As crescentes

²⁰ BADSHAH, Akhtar A, Our Urban Future-New Paradigms for equity an sustainability, London: Zed, 1996,Pg 11

²¹ TURNER, john. F. C. Housing by people - Towards Autonomy in Building Environments, New York: Pantheon Books, 1977, Pg41.

adversidades sociais são sintomáticas das contínuas transformações urbanas que vêm desafiando as políticas de planeamento em vigor ao redor do mundo.

E se anteriormente se julgava a erradicação como o processo mais eficaz de redução das zonas de pobreza, esta postura revolucionou as políticas de planeamento mundiais ao reconhecer tais áreas como potenciais partes integrantes da cidade no preenchimento das lacunas das condições de vida.

A partir daqui, começam a proliferar abordagens, que em comum se questionam sobre a legitimidade das propostas de erradicação dos assentamentos ilegais e até que ponto estas constituem um ato de contra-urbanização.

Modelo “Sites and Services

A génese por trás do modelo “Sites and Services” não é nova, muito pelo contrário, é bem sabido já, que a população mais pobre sempre recorreu à autoconstrução como forma de obtenção de abrigo principalmente em cenários de subdesenvolvimento.

Esta nasce da observação e reflexão de programas anteriormente lançados para suprir as necessidades da população mais carenciada, como habitações de baixa renda ou unidades de habitação colectiva subsidiada, divergindo no sentido em que aceita e reconhece a capacidade das pessoas de construir o seu próprio habitat face à demora e ao fracasso das convencionais abordagens de habitação.

Este programa consiste então, na parceria integrada entre o estado e o habitante e centra-se nos aspectos físicos e técnicos dos problemas da urbanização, nomeadamente no que diz respeito à subdivisão do solo e provisionamento de serviços aos sectores mais desfavorecidos da população. Tem como objetivo fornecer às comunidades aquilo que estas não têm capacidade de obter com o seu próprio esforço: um lote de terreno com infraestrutura básica (água potável, saneamento básico, eletricidade), serviços municipais (recolha de lixo, rede de transportes, etc.) e planos de financiamento acessíveis. Os planos infraestruturais são pensados de forma a serem expandidos ao longo do tempo, ou quando se considerar necessário. Alguns programas oferecem ainda um esquema básico de saneamento ou opções de desenho de núcleos habitacionais que possibilitam ao morador uma maior velocidade de execução do seu abrigo.

Às agências governamentais compete o fornecimento de um pequeno lote de terreno, acessível às comunidades com implantação de infraestrutura básica para posteriormente poder ser arrendado aos beneficiários. Aos futuros moradores cabe a tarefa de construção da própria habitação. Esta autonomia concedida ao futuro morador possibilita alguma flexibilidade na envergadura e velocidade de construção da habitação

consoante a sua disponibilidade financeira, havendo sempre a possibilidade de adição de novas divisões às habitações, por decisão do seu proprietário. A construção habitacional inicial poderia corresponder apenas a um abrigo temporário, que posteriormente sofreria uma progressão e desenvolvimento faseado, podendo uma habitação temporária tornar-se, segundo a expectativa e empenho do seu proprietário, numa habitação consolidada e permanente.

Estes programas implicam necessidade de deslocação das comunidades carenciadas da sua antiga área de assentamento, para novas áreas de urbanização legal, com terrenos preparados com as infraestruturas necessários para a construção de bairros totalmente novos, pensados de forma a controlar o ressurgimento de construções ilegais e prevenindo a formação de novas células de delinquência. É de louvar, no entanto o facto deste não constituir um plano de demolição da ilegalidade ou marginalização das necessidades da grande massa de população mais necessitada que habita atualmente nas nossas cidades.

Horacio Caminos e Reinhard Goethert, no seu trabalho pioneiro desenvolveram elaborados modelos e ferramentas para os diferentes projetos “sites and services”, com o intuito de facilitar a criação de projetos por parte das comunidades e organizações não governamentais locais. Estes reduziram a habitação a uma série de dados quantitativos e comparáveis e desenvolveram sistemas precisos de avaliação do terreno, que possibilitaram o cálculo das formas mais viáveis e menos dispendiosas de fornecer infraestrutura e serviços básicos a cada zona sem com isso sobrecarregar o suporte financeiro do estado e a reduzir qualidade do serviços prestados. A atribuição de poder de decisão no que toca ao projeto e planos a serem aplicados foi pensada perante os diferentes intervenientes. Assim, aos políticos e administradores coube a função de análise do níveis de necessidade de forma a poderem estabelecer alternativas de decisão política. Aos arquitetos e técnicos auxiliares foram concedidos dados concretos de otimização do produto físico e o fornecimento de diretrizes de desenho. Restando às comunidades a construção do recheio dos lotes concedidos.

Assim, o modelo “sites and services” assentava num plano de construção faseado, com vista à evolução urbana e aumento dos núcleos base dentro de parâmetros de elasticidade pré-estabelecidos.

No entanto, alguns problemas surgiram associados a esta política, não propriamente pelo seu conceito inicial de que as pessoas só constroem o que conseguem pagar mas na forma como este foi transformado em planos de ação. Primeiramente a concessão de lotes para a autoconstrução faseada requer posteriormente uma tributação mensal aos

proprietários e normalmente o pré-pagamento das primeiras prestações, custos que só por si ultrapassam o limiar económico de mais de metade da população que beneficiaria com deste projeto. Segundo, o factor localização é para os mais desfavorecidos uma questão muito mais importante e crítica do que propriamente as condições em que vivem e as comodidades que a sua habitação lhes proporciona. Devido á grande percentagem de desemprego patente neste sector social, estas comunidades vivem um dia de cada vez, querendo com isto dizer que a cada novo dia se inicia uma nova corrida à sobrevivência. Assim, uma das premissas mais importantes para estas populações é a localização da sua habitação em áreas de fácil acessibilidade aos centros de emprego que lhes garantem a busca do sustento diário, normalmente localizados nos núcleos urbanos. Ora, devido á escala dos planos “sites and services” e à sua máxima de construção evolutiva, estes requerem terrenos vagos relativamente extensos para a sua execução, os quais são quase impossíveis de se encontrar nos tão concorridos centros das cidades, não restando assim outra alternativa se não recorrer a implantação destes programas em áreas periféricas que não constituem a melhor e mais facilitada opção de vida aos participantes destes projetos que se deparam diariamente com custos adicionais de transporte. No entanto, nem todos os esforços implementados dentro dos parâmetros da “sites and services” foram incompatíveis com os requisitos e modos de vida da população. Encerra-se a reflexão sobre o conteúdo programático deste modelo com a exposição de dois projetos que com alguns ajustes conseguiram contornar as disfunções desta política alcançando os impactos desejados.

Mutirão 50, Fortaleza, Brasil, 1988

Esta intervenção tem como objectivos principais o fortalecimento das comunidades e a atualização e promoção da autoconstrução assistida financiada por sistemas de acesso ao crédito, através desse reforço dos laços comunitários.

Este plano difere da grande parte das abordagens do programa “sites and services” na medida em que escolhe o local de implementação do projeto com vista à maximização dos seus efeitos benéficos e de forma a promover o seu desenvolvimento e enraizamento na malha urbana. A tipo de abordagem totalitária e abrangente desta iniciativa não se limitou apenas ao fornecimento de lotes com infraestrutura básica para a habitação, mas com todos os outros aspectos sociológicos que ditam o sucesso deste tipo de projetos, como em qualquer decisão projetual, o emprego, educação, formação para a construção, instalações de apoio social e sobretudo participação comunitária em qualquer decisão projetual.²²

²² <http://www.unesco.org/most/southam2.htm>

Aranya Low-cost Housing Project, Indore, Índia, 1983-88

Este projeto, posto em prática pelo arquiteto Balkrishna Doshi, que cumpre os parâmetros de qualquer outro plano da política “sites and services”, destacou-se por conseguir adequar a frieza e rigidez formais das suas grelhas urbanas aos signos culturais do local onde seria implementado. Na tentativa de criar um vocabulário arquitectónico mais adequado ao panorama socioeconómico e ao clima do lugar, este concebeu um modelo tipológico de habitação flexível que ainda que obedecendo a uma série de requisitos standard, permitia a sua repetição e apropriação para a geração de outros modelos variantes de habitação ao gosto de cada habitante.

“Através da criação de espaços comuns, organizados para a partilhada e realização de atividades do bairro, que é composto por comunidades muçulmanas, hindus e jainistas, o projeto promoveu assim a cooperação, a boa vizinhança e sobretudo a tolerância da diversidade.”²³

Modelo “Slum Upgrading”

Este modelo de abordagem caracteriza-se por fazer dos assentamentos precários a sua zona de intervenção, poupando em deslocações. Não é seu intuito ocupar novas zonas para o provisionamento de habitação e infraestrutura básica de raiz, mas sim reabilitar, melhorar e qualificar as já estabelecidas zonas de assentamento informal. É certo que este tipo de operação se torna mais complexa no que toca por exemplo, à instalação de sistemas de saneamento, uma vez que é preciso respeitar a localização aparentemente aleatória das habitações pré-existentes, e por isso requer um maior esforço tecnológico e de planificação por parte das administrações. A grande vantagem deste tipo de programas é a não deslocação dos moradores para áreas periféricas que lhes são desconhecidas e longínquas dos centros de trabalho que lhes garantem a sobrevivência diária.

Estes sistemas atuam através da criação de infraestruturas como balneários, espaços comunitários, casas de banho públicas, sistemas de drenagem, pavimentação e alargamento de vielas e instalação de redes de recolha de resíduos, tornando-se assim algo dependentes de apoios externos, sistemas de financiamento e a extrema cooperação da comunidade. Os exemplos apresentados de seguida constituem contribuições fundamentais no que diz respeito aos sistemas de alojamentos para os pobres urbanos, sendo a prova de que mesmo com todas as condicionantes é possível obter através da

²³ SERALGELDIN, Ismail. *The Architecture of Empowerment*, London: Academy Edition, 1997, Pg 22.



Aranya Low-cost Housing Project, Indore, Índia
www.dome.mit.edu



Aranya Low-cost Housing Project, Indore, Índia
www.dome.mit.edu



Orangi Pilot Project, Karachi, Paquistão
www.spatialagency.net



Orangi Pilot Project, Karachi, Paquistão
www.spatialagency.net



East Wahdat Upgrading Programme, Amman, Jordânia
www.archnet.org



East Wahdat Upgrading Programme, Amman, Jordânia
www.archnet.org

participação comunitária de todos os intervenientes, obter resultados bastante satisfatórios.

Orangi Pilot Project, Karachi, Paquistão

Este projeto criado por Arrif Hassan teve como objectivo principal infraestruturização de cerca de seiscentas mil habitações pre-existentes. Planos de ação foram desenvolvidos a partir da opinião dos próprios moradores sobre qual seria a sua sequencia de prioridades de ação para a reabilitação do bairro, sequencia esta que se revelou bastante diferente do censo comum dos profissionais de construção. Tal como era o desejo da população envolvida em todo o processo, primeiramente procedeu-se à instalação de saneamento básico e acesso a água potável nas habitações. O segundo passo foi a remoção dos lixos que envolviam as habitações e o bairro; e em terceiro lugar estabelecer as principais ramais de conexão às estações de tratamento. Para a construção das habitações foram feitos acordos com instituições informais locais conhecidas como THALLAS, para a construção e apoio aos moradores. Às autoridades coube apenas a responsabilidades da construção das ligações à estação de tratamento. O projeto revelou-se bastante eficaz conseguindo atingir a sua meta e satisfação das comunidades envolvidas.²⁴

East Wahdat Upgrading Programme, Amman, Jordânia

Este programa criado pela UDD (Urban Development Department) do governo da Jordânia em 1980, teve como objectivo principal o melhoramento as condições de vida dos residentes dos assentamentos informais, permitindo-lhes assegurar a posse e permanência de terra e fornecendo-lhes infraestrutura de base, abrigo e instalações comunitárias. Os fundos foram angariados pelo Banco Mundial (31%), o Governo do Jordânia (25%), e do Banco de Habitação (44%). Os terrenos foram comprados aos proprietários originais e vendidos aos chefes das varias famílias com prestações mensais que correspondiam a 33% da renda de cada beneficiário.

Através da aposta nos moradores e do acesso ao crédito o assentamento precário tornou-se no espaço de dez anos num bairro de classe média, recebendo este projeto o prémio Aga Khan Award em 1992 como reconhecimento do sucesso alcançado.

²⁴ SERALGELDIN, Ismail. Ob. Cit. Pg19

Políticas Urbanas de Exclusão Social

O cenário de contrariedade que reside entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições de vida de extrema precariedade relaciona-se a todas as formas de desigualdade, que no quadro das cidades atuais deriva grande parte das vezes de uma situação de exclusão territorial. Essa exclusão é muito mais do que uma expressão de desequilíbrio económico ou social, ela é o espelho dessas assimetrias territoriais.

Grande parte da população dos países em vias de desenvolvimento, não só não tem visto reconhecido qualquer esforço feito no sentido da melhoria do seu habitat e consequentemente da sua condição de vida, como tem sido alvo constante de políticas de exclusão sócio-espacial implementadas por organismos governamentais. Durante anos, as entidades institucionais e governamentais negaram e ignoraram a informalidade urbana. Atualmente existe já uma tendência crescente de aceitação destas células informais como partes integrantes das cidades, frutos da sua evolução que necessitam de programas eficazes de ajuste social e territorial. No entanto, são inúmeros ainda, os casos em que os assentamentos informais são vistos aos olhos do estado como patologias urbanas geradoras de violência, insegurança e marginalidade, assim como promotoras de sistemas que contrariam o processo natural de desenvolvimento da cidade, cuja única solução é a erradicação e deslocação da população para áreas periféricas. Estas políticas de marginalização social e territorial que visam a destruição dos assentamentos e deslocação dos moradores para áreas distantes dos seus postos de trabalho em edifícios que nada dizem respeito aos seus modos de vida e hábitos culturais, sendo apenas uma importação à escala de modelos europeus, têm-se revelados catastróficas quando aplicadas no contexto de urgência das cidades subdesenvolvidas, gerando normalmente resultados contrários aos esperados ou seja o aceleração da própria informalidade. Assim, a precariedade dos assentamentos informais, não é uma questão que se encerra neles próprios, estando intimamente ligada ao funcionamento da cidade como um todo.

Modelo “Slum Clearance and redevelopment”

Um dos exemplos mais elucidativos destas políticas é o programa “Slum clearance and redevelopment”, que criado em meados dos anos 60 visava a deslocação temporária dos residentes do bairros pobres, para a construção nesses mesmos terrenos de alojamentos novos para a população. A ideia central desta abordagem tinha até possibilidades de vingar, não fosse o facto de as casas térreas pré-existentes serem substituídas por edifícios de habitação coletiva em altura, na tentativa de abranger o máximo de

população. No entanto, estudos comprovaram que a densidade obtida com este tipo de edifícios era praticamente a mesma que a do anterior aglomerado de habitações informais, com a agravante de este tipo de edificação não proporcionar espaços para o desenvolvimento de pequeno comércio e serviços que funcionam como base de subsistência da população. Assim este programa resultou num fracasso completo, deixando à vista o que acontece quando a população é completamente afastada do processo de desenho e construção, gerando-se falsas suposições de necessidade dos moradores – Habitações onde a disposição das divisões em nada está relacionada com os hábitos culturais dos moradores; o facto de se apresentarem em altura não é compatível com o modo de vida destas pessoas, que maior parte da vezes são originárias de zonas rurais e estando habituadas a espaços amplos e térreos não sabem lidar com os mecanismos da habitação em altura, onde as lacunas de planificação se tornam catalisadoras de insegurança e propiciam a degradação dos edifícios e o enclausuramento da população na própria casa.

Musseque do Rocha Pinto, Luanda, Angola

Este caso corresponde a um programa de reordenamento da zona sul da cidade de Luanda, que visa a demolição parcial do musseque do Rocha Pinto e posterior realojamento da população na comuna do Panguila que se localiza a cerca de 60 km do centro de Luanda. O musseque do Rocha Pinto é um assentamento relativamente recente tendo-se iniciado a sua formação em 1979 aquando da chegada de refugiados da guerra civil vindos do sul do país. É um bairro que apesar de ilegal se situa na margem sul da cidade de Luanda com bons acessos tanto ao centro da cidade como a Talatona, nova zona de urbanização em franca ascensão a sul da cidade. A política urbana levada a cabo apresenta um propósito de reordenamento e provisão de melhores condições de habitabilidade para a população, assim as casas foram demolidas na zona do Rocha Pinto e a população transferida em camiões e autocarros para o Panguila onde a cada família foi atribuída uma casa pré-fabricada, supostamente provisória sem qualquer tipo de infraestrutura e sem acesso a zonas de serviços – escolas, hospitais, postos de polícia etc.- nas redondezas. A sequência deste programa visa a construção de casas evolutivas, que primeiramente constarão apenas de duas divisões – sala e quarto – para posteriormente o próprio morador proceder ao aumento da habitação ao nível das suas posses. No entanto este processo teve início no ano de 2010 e nos últimos dois anos não houve qualquer mudança, continuando a população a residir nestes espaços sem condições de habitabilidade mínimas e vendo a sua vida mais dificultada do que já era antes



Urbanization 23 Enero, Caracas, Venezuela
In: www.favelissues.com



Urbanization 23 Enero, Caracas, Venezuela
In: www.columbia.edu



Urbanization 23 Enero, Caracas, Venezuela
In: www.kek.org.hk



Musseque Rocha Pinto, Luanda
Fonte: autora



Vista aérea do Musseque Rocha Pinto, Luanda
In: www.flickrhivemind.net

era. Assim, este programa governamental promoveu a marginalização territorial e social, ao deslocar estas populações das suas antigas casas para abrigos distantes e sem condições, sob o propósito disfarçado de segurança social e reordenamento da cidade. As alterações feitas nos convencionais programas de reabilitação podem parecer benéficas, mas ao subverterem as questões essenciais relacionadas com a construção da habitação e acesso ao financiamento tornam-se na realidade instrumentos de opressão que agravam as diferenças entre pobres e ricos.²⁵

Urbanization 23 Enero, Caracas, Venezuela

A Urbanização 23 de Janeiro em Caracas é mais um exemplo de uma política de realojamento que ignora por completo a opinião dos habitantes dos assentamentos. Assim o programa passava pela construção de uma série de mega blocos habitacionais constituídos por habitação de baixa renda que visavam a transformação do espaço urbano de Caracas através da erradicação dos Ranchos. Para isso procedeu-se mais uma vez à demolição dos assentamentos com a deslocação da população carenciada para a periferia, onde se construiu a típica cidade modernista de Corbusier com mega blocos rodeados por jardins que mais uma vez ignoravam por completo o estilo de vida dos seus moradores e revelaram-se insuficientes para realojamento da crescente população do bairro.

²⁵ TURNER, John. F. C. *Housing by people - Towards Autonomy in Building Environments*, New York: Pantheon Books, 1977, Pg58.

4. Aproximação ao caso de estudo

desafio urbano em Luanda

4.1 Caracterização geral da Capital

“Luanda é o microcosmos de Angola”

Eduardo Azevedo, Terra de esperança pag.154

Angola, país localizado a sul do equador, na costa ocidental do continente africano, é o segundo maior país da África subsariana. Delimitado a norte pela República Democrática do Congo, a este pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo oceano atlântico, tem uma superfície total de 1246700 km², cerca de 13 vezes maior que o território português.

Ex-colónia Portuguesa, conseguiu a sua independência em 1975, afundando-se pouco depois numa guerra civil que durou 30 anos, vendo o seu término em 2002 aquando da morte do líder da oposição.

O prolongado período de instabilidade política, desencadeou um processo de êxodo rural da população em direção às cidades mais desenvolvidas, em busca de maior segurança e qualidade de vida.

Esta movimentação massificada, provocou significativas alteração nos padrões de distribuição espacial da população no país, tendo sido Luanda, a província mais afetada pelo fenómeno que se veio agravando ao longo dos anos. Atualmente com cerca de seis milhões de pessoas, 75% destas residindo em área de musseque não urbanizado, estima-se que em 2015 albergue 34,75% da população de Angola. Sendo um país maioritariamente rural, seguem-se nesta lista a cidade de Benguela, atualmente com 10% da população e Huambo e Lubango, ambas com 5%.

No que concerne à organização político administrativa do território, Angola conta com 18 províncias, sendo estas: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Kwanza-Norte, Kwanza-sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, que por sua vez se subdividem em municípios. A província de Luanda, na qual se localiza a capital de mesmo nome, está confinada entre a província do Bengo e o oceano atlântico, possuindo cerca de 2257m² de extensão de superfície. Destaca-se pelo seu nível de industrialização elevado em relação ao restante do país, o que em parte se deve ao facto de ter sido a província menos afectada pelos efeitos da guerra civil e consequentemente dispor de uma maior estabilidade económica e social. De clima tropical semiárido, Luanda, cidade costeira ladeada pelos rios Bengo e Kwanza possui um índice de pluviosidade de 400mm com temperaturas que rodam os 20 graus



Mapa de Angola, localização da cidade de Luanda em relação a outras cidades do País
 Fonte: Google Earth



Mapa da cidade de Luanda e seus municípios.
 Fonte: Google Earth

de mínima e 27 de máxima, consagrando assim uma série de condições físicas e naturais favoráveis ao estabelecimento da população.

A capital angolana, organiza-se em nove municípios administrativos: Ingombota, Maianga, Sambizanga, Rangel, Cazenga, Kilamba xiáxi, Cacuaco, Viana e Samba. Fundada por Paulo Dias de Novais a 25 de janeiro de 1576, com o nome original de “*São Paulo da Assunção de Loanda, esta urbe tem na sua origem algumas características da tradicional cidade de matriz portuguesa nos espaços ultramarinos (...) quer num modo de implantação (litoral), quer num tipo de estrutura (linear-orgânica), quer no carácter do tecido urbano (malha adaptativa) e da sua funcionalidade (portuário-comercial-residencial)*”.²⁶

*“Luanda, foi uma cidade de crescimento descontínuo, ao sabor das crises políticas de Portugal, Brasil e das suas próprias e onde a organização do espaço nunca foi, de forma efetiva, uma preocupação para as autoridades municipais.”*²⁷

Ao longo do tempo a cidade foi tomando um aspecto radiocêntrico “*seguido por um lado a estrutura radial iniciada na baixa e, por outro lado, ampliando a sua área através do planalto onde cria uma nova estrutura em quadrícula numa adaptação sem limites à topografia que não lhe oferece qualquer tipo de resistência.*”²⁸

O plano da cidade colonial não se impôs como estruturador do crescimento da urbe Luandense. Apesar de existir o traçado base que impulsionou o desenvolvimento da cidade através de eixos de expansão radial, este não foi de forma alguma suficiente para estruturar o crescimento ordenado, abrindo espaço para a intersecção e sobreposição de novas malhas de ocupação. Assim, a cidade é formada por um enredo de tramas poli-direcionadas com base radial que não dispõe de ordenamento estipulado, o que provocou a ocupação disfuncional e desordenada do terreno tornando impossível o planeamento urbano adequado. O problema agrava-se quando se fala da periferia, à medida que os eixos se vão afastando, o rendilhado que quadrículas entre eles vai-se tornando cada vez mais apertado e caótico, tomando o aspecto de uma autêntica “manta de retalhos”, onde a cidade formal, se entrelaça com zonas não urbanizadas de musseque sem qualquer tipo de prenúncio de passagem de uma para outra. A cada impulso das atividades económicas seguiu-se um aumento da população migrante. A cada fase de urbanização correspondia o desaparecimento de dezenas ou centenas de cubatas. Logo, a população destas foi engrossando os musseques sobreviventes, ou criando outros em locais mais distantes do núcleo urbano.²⁹

Assim os musseques de Luanda desenvolvem-se maioritariamente na sua periferia,

²⁶ José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro: 2005 FERNANDES, José, JANEIRO, Maria, *Ur Cidades Africanas*, Universidade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg 26.

²⁷ MARTINS, Isabel, citado por Maria Costa, 2001

²⁸ MARTINS, Isabel, *Ur Cidades Africanas*, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg58

²⁹ MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A família nos musseques de Luanda*, Luanda: F.A.S.T.A, 1973.

localizando-se perto do centro apenas os mais antigos, quase nasceram com a cidade, são parte integrante da sua história e desenvolvimento. São um fenómeno irreversível, crescem e ganham novas expressões.³⁰

Representam a resposta infligida, ao aumento da prosperidade económica, que em conjunto com a densificação da população migrante no meio urbano, provocou um desequilíbrio entre os salários e o custo de vida, traduzindo-se num enorme descontrole a nível socioeconómico.

Prova disto é a quase inexistência de uma classe de rendimento médio, prevalecendo assim, uma classe social alta, que representa a minoria quando comparada ao restante da população do país que vive abaixo do nível de pobreza. Verifica-se uma diminuição das possibilidades de geração de rendimentos por parte destas classes baixas causada pela sobrelotação da cidade, o que impulsionou o crescimento das atividades no sector informal e a expansão dos assentamentos precários como única forma de sobrevivência. Já a classe mais abastada, reside no centro da cidade juntamente com a pequena parcela de classe média alta; vivem em habitações generosas, muitas delas reabilitadas sem qualquer respeito pelo seu valor histórico, onde o que conta é o espelho da opulência. Com a expansão da cidade e escassez de espaço no centro urbano, uma generosa percentagem desta elite viu nas novas urbanizações a sul de Luanda, um microcosmos de segurança e refúgio à vida caótica da cidade formal, onde aí partilham espaço com o caos urbano do musseque.

Por força da pobreza, nele reside a maior parte da população, em habitações autoconstruídas de um piso, isentas de um mínimo de condições sanitárias ou comodidades, distribuindo-se pelo terreno quase que aleatoriamente.

Esta mancha de ocupação precária apresenta-se relativamente dispersa na cidade formal, mas à medida que nos vamos aproximando da periferia esta vai-se densificando, dando a ideia de que é um musseque continuo e único sendo espaçado apenas pelos cortes das vias de circulação, até que se vai desvanecendo pouco a pouco, voltando a ganhar espaço entre as habitações até se extinguir por completo.

³⁰ AMARAL, Ilídio, Luanda e os seus muceques, Problemas de geografia urbana, Lisboa, Pg293 a 325.

4.2 Luanda do Colonialismo ao pós-independência

Luanda é uma das cidades mais antigas da África subsariana, completando atualmente 437 anos de existência, foi a primeira cidade de fundação Portuguesa em África, ao sul do equador no litoral semiárido, isento de qualquer povoamento indígena aglomerado.³¹ Em 1575, os Portugueses atracaram pela primeira vez na ilha de Luanda. Rapidamente se aperceberam que o lugar não proporcionava grandes condições defensivas e deslocaram-se então para um morro em frente, mais elevado e resguardado às ameaças externas este foi posteriormente denominado Morro de São Paulo. No ano seguinte era fundada a cidade com o nome do morro que a viu nascer, São Paulo de Loanda e desde logo dotada de órgãos administrativos e uma fortaleza defensiva.

Por volta de 1640 a 1648 deram-se a invasão e ocupação Holandesa, que abalaram o crescimento natural da cidade. Nos finais do séc. XVII, a cidade possuía ainda uma “população escassa e flutuante”³² e um desenvolvimento urbano precário:

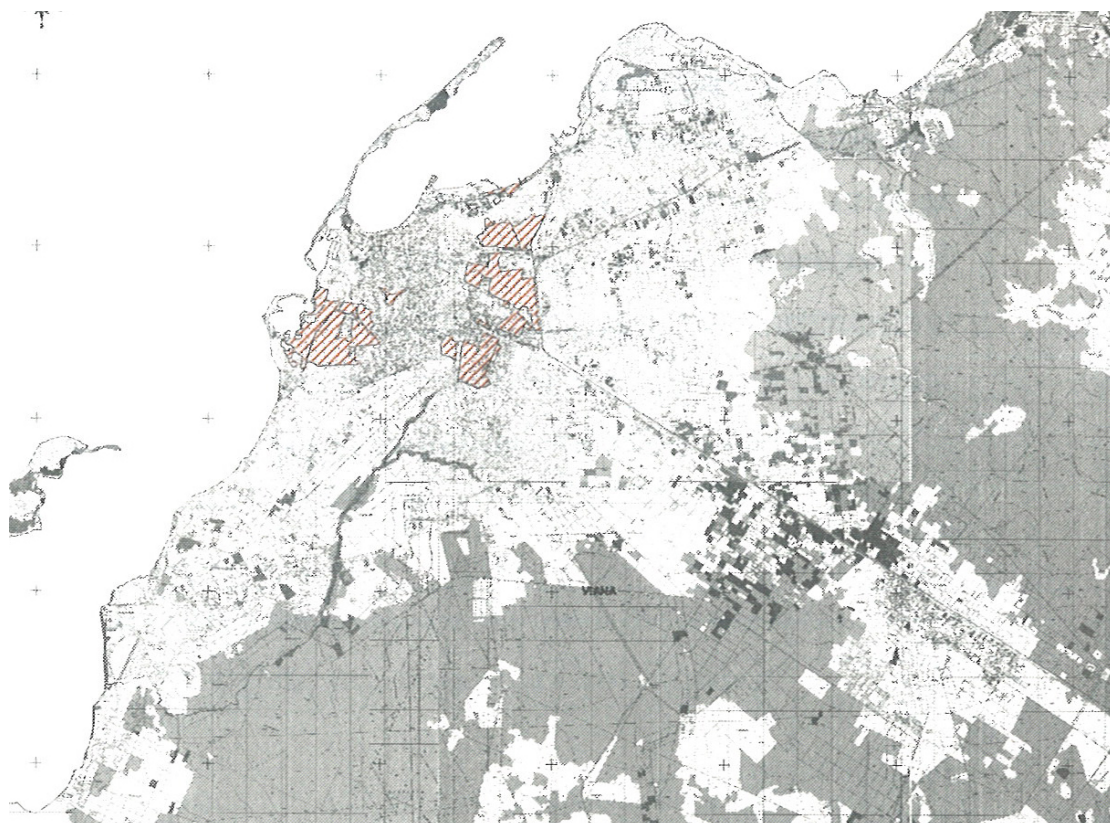
*“Adaptada e ajustada à topografia do sitio e às exigências defensivas, a cidade dividiu-se em dois núcleos: a cidade alta, com um eixo natural que ligava os seus extremos – a Fortaleza de São Miguel e o convento de São José dos Padres Terceiros Franciscanos – e centralizava o poder (militar, religioso e civil); e a cidade baixa, confinada pelo eixo, a rua da Prava, que ligava o forte de N.S da Guia à Fortaleza de S. Francisco do Penedo e marcava o percurso ao longo do qual se começava a desenvolver o comércio. Na cidade baixa, as casas localizavam-se junto à praia, cumprindo as funções principais (residência e comércio), enquanto que na cidade alta, eram construídas sobre morro ao longo da única via, a Rua Diogo Cão, com a função única de residência para os altos funcionários. Ficava assim hierarquizado o espaço.”*³³

Até meados do séc. XIX, a cidade servia de pequeno estaleiro para o comércio de escravos, extraídos de Angola para terras Americanas, principalmente Brasil, como mão de obra para a produção de açúcar. Com a independência do Brasil em 1821 e posteriormente a abolição da escravatura em 1836, a cidade caiu num marasmo económico derivado ao corte da maior fonte de rendimento até então, o comércio de escravos, o que fez com que muitos dos portugueses a abandonassem em busca de fortunas noutras colónias.

³¹ AMARAL, Ilídio, Luanda e os seus muzeques, Problemas de geografia urbana, Lisboa, 1983, Pg293 a 325.

³² AMARAL, Ilídio, ob cit, pg 293 a 325

³³ MARTINS, Isabel, Ur Cidades Africanas, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg57



Evolução da periferia da cidade de Luanda no ano de 1964

Fonte: DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005.



Evolução da periferia da cidade de Luanda no ano de 1974

Fonte: DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005.

Pouco a pouco, novas formas de rendimento foram descobertas como o comércio de artesanato e serviços e com a melhoria das políticas de colonização e organização do território houve um aumento da fixação da população em Luanda. Por volta de 1862 foram introduzidos na cidade as primeiras políticas de erradicação dos aglomerados de cubatas informais na cidade.

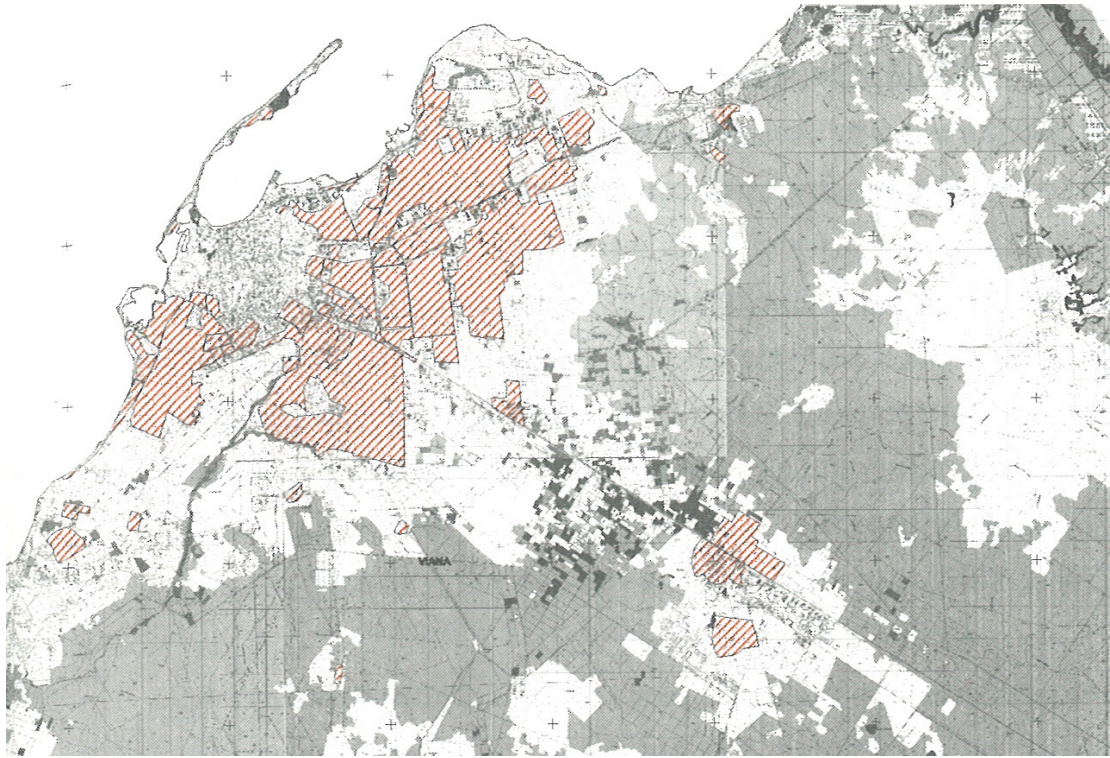
Até finais do século XIX, a cidade manteve razoavelmente o seu esquema inicial estruturado por dois eixos, o da cidade alta que ligava a Fortaleza de S. Miguel ao Convento de S. José e a cidade baixa onde o eixo se estendeu do Forte de Nossa Sra. da Guia à ermida da Nazaré. Nesta altura Luanda conheceu uma benéfica agitação económica proveniente da exportação de borracha e outros produtos que impulsionaram o alongamento da parte baixa da cidade, nascendo um novo eixo que ligava o largo do Bungo à Ermida de N. Sra. Da Nazaré. Começa a surgir aqui uma nova linha de edificações paralelas à costa que configuram um núcleo urbano de estrutura radial que é base urbana de matriz colonial mantida até aos dias de hoje.

Após a pequena agitação, a cidade retoma o estado letárgico até inícios do século XX quando se abre caminho ao desenvolvimento explosivo que a marca atualmente. Esta época de prosperidade acarretou a implantação das primeiras infraestruturas urbanas como, rede de abastecimento de água, iluminação pública a gás e consigo o início das obras da linha de caminhos de Ferro que abriria portas à exportação de produtos de grande qualidade para a Europa. Entre 1920 e 1945, uma nova política de reforma ultramarina foi aplicada e ao longo deste tempo mais equipamentos foram implantados na cidade baixa, como *“os Serviços Centrais de Correios, Telégrafos e Telefones (1921/23) na rua da Alfandega, o Palácio do comércio (1929) na praça D.Afonso V, que atesta o aumento das atividades comerciais e necessidade da sua coordenação, o cinema Nacional (1932) na época o único na cidade, o Liceu Salvador Correia (1942) para dar continuidade ao programa de ensino e, em 1945, o Porto de Luanda.”*³⁴

É em meados do século XX que se verifica também um crescimento explosivo da população da cidade, que “passaria de 50 588 habitantes em 1930 para 475 328 em 1970”.³⁵ passando a ocupar na década de 60 uma área quase seis vezes maior do que a ocupada em 1920. Este crescimento desenfreado provocou uma ocupação dos terrenos de musseque de forma totalmente amotinada, onde aí foram construídos milhares de abrigos temporários pela população nativa pertencente a grupos sociais heterogéneos. No entanto, apesar desta situação ser do conhecimento geral das autoridades coloniais, não se tomaram quaisquer medidas de visassem a contenção de tal urbanização

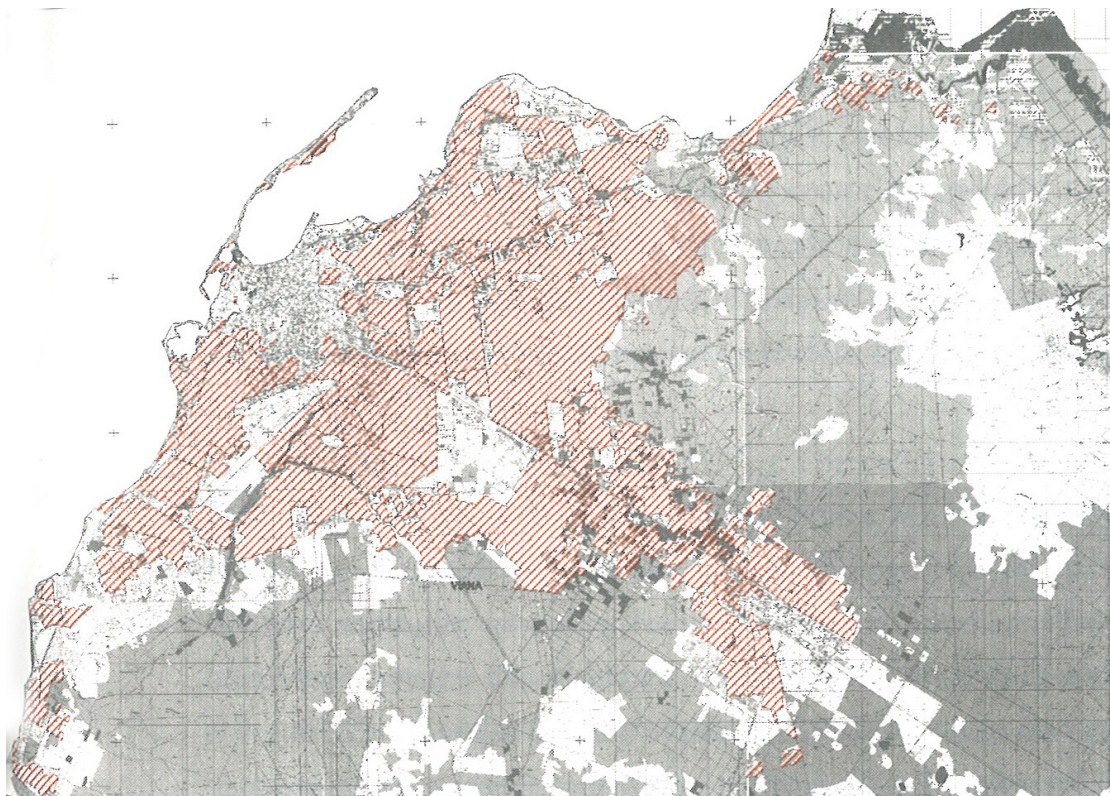
³⁴ MARTINS, Isabel, *Ur Cidades Africanas*, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg58

³⁵ AMARAL, Ilídio, *Luanda e os seus muceques*, *Problemas de geografia urbana*, Lisboa, 1983, Pg293 a 325.



Evolução da periferia da cidade de Luanda no ano de 1986

Fonte: DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005.



Evolução da periferia da cidade de Luanda no ano de 2001

Fonte: DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005.

aparentemente anárquica até ao ano de 1942, quando foi encomendado o primeiro plano de urbanização da cidade concebido com uma lei adjacente, que visava a expropriação de terrenos para a construção dos primeiros bairros populares, através do decreto de 1947. Aqui, foi iniciado um programa de construção de habitações financiadas para os funcionários públicos, de forma hierarquizada e segundo categorias. Ao mesmo tempo procedeu-se também à construção de uma série de habitações de baixa renda na periferia, distribuídas posteriormente à população mais necessitada. Tratava-se de bairros com habitações térreas e geminadas de um a dois quartos e cozinha, não dispoendo de acesso a eletricidade e com abastecimento de água feito através de fontes públicas. Foram construídas também casas de banho e lavadouros adjacentes a cada bairro, para servirem às necessidades dos seus moradores. Esta iniciativa prolongou-se pelos anos vindouros. As tipologias edificatórias das habitações, foram sofrendo ajustes e alterações no sentido de melhor responder necessidades de cada sector populacional, acompanhando a evolução tecnológica na tentativa de rentabilizar ao máximo a sua construção. Estes projetos foram talvez, as primeiras iniciativas de cariz social financiadas pelo estado colonial, e apesar de atenuarem a carência habitacional, não conseguiram de modo algum fazer frente ao sector informal de construção que crescia já de ano para ano. Assim, em 1926 foi criado o primeiro bairro operário na zona do Cemitério do Alto das Cruzes e um segundo em 1940, para onde foi transferida toda a população da Ingombota.

É com o plano urbano de 1942, elaborado por Etienne Groer e David Moreira, que se começam a intensificar os indícios de segregação racial e social na cidade, uma vez que este visava a construção de cinco cidades satélite, situadas periféricamente em relação ao centro antigo da cidade, fixando-se os colonos brancos na zona metropolitana e sendo a população negra arrastada para a periferia. O reordenamento do Largo de Leonardo Cerveira (atual Largo do Kinaxixe) e a criação da Rua Brito Godins, constituem a primeira delimitação física entre as duas partes, de um lado “a cidade urbanizada, cuja planta revela o desenvolvimento concêntrico do núcleo mais antigo em torno da baía, tendo como centro as portas do mar e as expansões mais recentes sobre o planalto, em quadrícula regular; e por outro lado, as manchas de muceques aureolando aquela”.³⁶ Apesar de nunca ter entrado em vigor por ter perdido o seu propósito aquando da expansão galopante da cidade, dele ficou retida a ideia da segregação racial e de classes que se perpetuou nos planos seguintes.

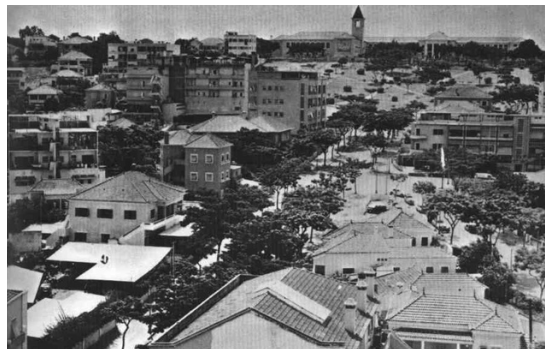
³⁶AMARAL, Ilídio do (2005) – “Apontamentos sobre Luanda: uma capital colonial imperfeita”. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, 5 (*Cidades Africanas*), pp. 48-55.



Ilustrações da cidade de Luanda em 1883 e a Igreja da Nazaré em 1890
In: www.rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola.htm



Luanda 1960, Predio BPC e vista aérea da baía de Luanda.
In: www.rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola.htm



Luanda 1960, Largo Afonso Henriques e Bairro das Ingombotas
In: www.rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola.htm



Luanda 1960, vista da Fortaleza de São Miguel e caminhos de ferro na marginal da baía de Luanda
In: www.recordacaoemfoto.blogspot

Em finais da década de 50, Luanda desenvolvia-se a ritmo notável pela altura dos seus prédios e múltiplos edifícios públicos que iam nascendo pela cidade, praticava-se já uma arquitetura moderna que em nada se relacionava com a arquitetura colonial, crescendo sem qualquer respeito pelo passado histórico e urbano da cidade. Nesta altura a cidade expandia-se até ao novo Porto, aberto em 1945, tornando-se essa área, zona de grandes transações e de negócios ligados ao comércio. O crescente processo de industrialização provocou uma migração interna em direção às cidades costeiras do país. “Era utilizado um sistema de contrato para recrutar mão-de-obra do planalto Central para os portos de Luanda e do Lobito e para as zonas de café. No norte, muitas pessoas migraram para a cidade de Luanda para escapar à exploração agrícola intensiva”.³⁷

Com a ascensão económica de Angola, verificou-se também o aumento da migração de colonos vindos de Portugal e aspirando o seu estabelecimento no núcleo urbano colonial, o que desencadeou por sua vez o acréscimo dos preços do loteamento na cidade baixa à medida que a procura aumentava. Os espaços verdes da cidade baixa começam nesta fase a ser disputados por edifícios em andares, que contrastam com as baixas moradias coloniais. Assiste-se a um surto de construção de equipamentos públicos e projetos de carácter social que marcam assim o início da transfiguração urbana do centro histórico de Luanda. Apenas a cidade alta conseguiu manter o traçado e grande parte das edificações da época colonial, algumas ainda preservadas até aos dias de hoje, funcionam como repartições públicas, edifícios governamentais ou residência de entidades militares.

Entre as décadas de 40 e 60, a população de Luanda passou de 61,028 para 224,540 e a percentagem da população branca passou de 14.7% para 24.7%.³⁸

Apesar de haver uma diferença nítida de concentração de indivíduos de raça branca nas zonas mais antigas da cidade e de raça negra na periferia, esta segregação acontecia não por força de leis impostas mas, pelas diferentes capacidades económicas dos seus habitantes, sendo que os residentes nacionais, na sua maioria negros e mestiços faziam parte da classe económica mais baixa.

Este aumento da população na cidade nunca foi gradualmente proporcional ao desenvolvimento das estruturas urbanas necessárias ao seu abastecimento, exemplo disso é o sistema de distribuição de água implantado em 1952 que só viria a aumentar a sua capacidade em 1971 quando o número da população já tinha duplicado, também o consumo de eletricidade elevado durante essas décadas, obrigou ao abastecimento

³⁷ DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005, Pg 69

³⁸ DW, Development Workshop, ob cit, Pg 69

adicional de energia provida da Barragem de Cambambe construída em 1958-1962 na Província do Kwanza Norte. Sendo que nenhum dos musseques da cidade terá sido beneficiário de tais infraestruturas, a maior parte deles dependia de um sistema de distribuição de água através de fontenários públicos e a energia só era obtida através de puxadas ilegais. O crescimento da cidade continuou a uma velocidade galopante até ao ano de 1975 quando eclodiu a Guerra pela independência de Angola, um ano depois de ter sido derrubada a ditadura fascista em Portugal. Infelizmente esta não marcou o início de uma nova era de paz e liberdade de expressão no país, sendo imediatamente precedida por um novo conflito armado pela disputa da soberania política entre as três facções - MPLA, UNITA e FNLA - que outrora se aliaram por um mesmo objectivo, a libertação de Angola. Nesta fase a cidade capital foi palco de combates sangrentos, que se iniciaram nos musseques, passando para o resto da cidade e finalmente estendendo-se ao país. *“Luanda voltou a ter o aspecto de um vasto “acampamento”: gente em transito, procurando sair para onde houvesse maior segurança, amontoava-se no aeroporto e porto, em pontos da cidade mais defendidos de qualquer ameaça; por toda a parte o espetáculo de bagagens preparadas para serem embarcadas, sem mesmo se saber quando”.*³⁹

Nesta fase cerca de 300 mil pessoas, na sua maior parte população branca, abandonou o país rumo a Portugal deixando para trás a sua vida e habitação vaga no centro da cidade, iniciando-se assim um grande movimento de migração interurbana que viria mudar mais uma vez a morfologia da cidade.

As casas vazias do centro urbano de Luanda rapidamente foram ocupadas pela população suburbana e por exilados angolanos recém chegados. Seguiu-se um movimento lento de população oriunda do Norte do país e do vizinho Zaire, que se estabelece na cidade influenciando fortemente os hábitos culturais dos Luandenses; finalmente, a migração ambulatória de gentes provenientes do sul e sudeste do país que chega a Luanda ocupando novas áreas até pouco tempo baldias e construindo bairros periféricos efémeros, sem a mínima ordenação urbanística.

Aqui alguns musseques como é exemplo o do Golfe ganharam tal afluência de gente que se expandiram para as áreas vizinhas, fundindo-se com outros musseques como o antigo musseque da Petrangol, reocupado nesta época. A construção de musseques continuou a ser feita em longas faixas cada vez mais distantes do núcleo formal da cidade.

Apesar da legislação para regulamentação da construção, de algumas intenções favoráveis no que diz respeito a sistemas de autoconstrução dirigida e de elaborados planos urbanos; os organismos criados depois da independência com o intuito do

³⁹ AMARAL, Ilídio, Luanda e os seus muceques, Problemas de geografia urbana, Lisboa, 1983, Pg319.

reajustamento urbano não conseguem lidar com a situação caótica em que se encontra a cidade. O desaparecimento de várias estruturas urbanas e a retirada de pessoas responsáveis pela manutenção dos serviços em conjunto com a movimentação maciça dos habitantes deixaram a cidade num avançado estado de degradação, sendo cada vez mais evidente o sub-dimensionamento das infraestruturas da cidade em relação à massa populacional que nela habitava.

Após o agitado período da independência, e uma vez sedimentada a liderança do MPLA sobre a cidade, inicia-se o suporte a vários níveis cedido por entidades cubanas e soviéticas para a reestruturação do equilíbrio social e urbano da cidade. Assim, novos sistemas de trabalho, novas tecnologias e métodos de organização urbana foram instaurados a partir de experiências feitas nos respectivos países. No que diz respeito ao sector construtivo, as autoridades cubanas introduziram uma série de alterações que contribuíram para o início da metamorfose urbana pós-colonial, entre elas esteve o programa de construção de uma série de blocos de habitação coletiva com quatro andares cada, segundo a tipologia de fogos standard, que serviriam para o realojamento dos excedentes populacionais que afluíam à cidade. A construção destes edifícios dar-se-ia segundo métodos construtivos cubanos, que assentavam num sistema de peças pré-fabricadas de modo a facilitar a sua construção para a posterior entrega dos apartamentos. No entanto este tipo de edifício importado de modelos estrangeiros, gerou alguma polémica de apropriação de espaço por parte da população, que não se identificou com esta nova tipologia habitacional. A complicada adaptação de gente proveniente do interior rural do país, habituada a um estilo de vida em sanzalas térreas com área social no quintal, à vida urbana de apartamento no centro cidade, só veio agravar o estado de degradação das edificações. “Acumularam-se as estórias sobre a má utilização dos alojamentos: cozinhava-se no chão dos apartamentos, utilizando tacos de madeira para combustível; deitava-se água suja pelas janelas e varandas para a rua; entupia-se as pias por se deitar lixo caseiro por elas; os elevadores avariados e sem possibilidades de reparação imediata tornavam-se depósitos de lixo; animais de capoeira eram criados nos alojamentos; faziam-se hortas nas banheiras, etc.”⁴⁰

A cidade de Luanda, teve nesta fase um crescimento mais significativo a nível populacional do que a nível de área; a cidade alastrou desmesuradamente mas debateu-se com grandes dificuldades em assegurar as estruturas necessárias ao acolhimento desse acréscimo demográfico. O censo de 1983 indicava um total de 934 881 habitantes para a província de Luanda, tendo esta

⁴⁰ PEPETELA – Luandando. Luanda: Elf Aquitaine, 1990. Pg119



Luanda 1970, subida do Liceu Salvador Correia e vista aérea da cidade
In: www.skyscrapercity.com; www.pissarro.home.sapo.pt/memorias13.htm



Luanda 2000, edifícios da época Colonial
Fonte: Autora



Luanda 2002, vista do Bairro Operário
Fonte: Autora

população crescido para cerca de 2 milhões de habitantes em 1990. Assim, no espaço de duas décadas, respetivamente entre 80 e 90, a cidade espalhou-se rapidamente pelas zonas periféricas. Acompanhando o aumento populacional proliferaram as construções clandestinas ao longo das principais vias de entrada na cidade, onde aí se amontoavam milhares de emigrantes rurais, fugidos da guerra em direção ao microcosmos de relativa segurança que Luanda representava em relação às restantes províncias do país. Novos musseques surgiram a sul da cidade, como o de Rocha Pinto, Morro da Luz, e Morro Bento que em 1999 foram legalmente integrados na nova comuna do Rocha Pinto assim como o musseque do Prenda, também a sul da cidade foi incluído no município da Maianga. Formaram-se também nesta fase novos municípios na zona leste, como o Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Viana, cuja população residente foi engrossando e estabelecendo uma certa ordem de cariz informal dentro do caos do amontoado de construções que formavam os respetivos bairros. De 1995 a 2001, a situação apenas se foi agravando, tratando-se pontualmente algumas questões sem nunca se conseguir implementar medidas realmente capazes de lidar com toda a extensão do problema. Além da desordem patente na mancha de assentamentos periféricos, também no centro consolidado da cidade se faziam sentir já os anos de políticas urbanas ineficazes, existindo por toda a parte edifícios degradados; fachadas extremamente marcadas pelos tempos de guerra patentes nos buracos de bala em toda a sua extensão; edificações de construção inacabada, cujo esqueleto constituía um local perfeito para a proliferação de alojamentos clandestinos propiciando a sua derrocada a qualquer momento; a apropriação de edifícios para usos que não serviam o seu plano original, acelerando o seu desgaste; a inexistência de leis de condomínio nos edifícios de habitação coletiva, geravam a degradação das redes de esgotos e drenagem de águas, elevadores e sistema elétrico sem nunca se proceder à sua manutenção, havendo mesmo na baixa da cidade edifícios cujas caves constituíam uma imensa lagoa de águas contaminadas propiciando a sua instabilidade estrutural. O sistema viário revela-se insuficiente para suportar a tamanha demanda de carros e conseqüentemente o seu estacionamento, as ruas eram estreitas e com as redes de escoamento entupidas geravam-se constantemente lagoas que além de danificarem o asfalto ou criarem poças de lama espessa no caso dos inúmeros arruamentos não asfaltados, também contribuía para acumulação de filas intermináveis de congestionamento urbano. Os programas de recolha de resíduos sólidos tornavam-se obsoletos e ficavam muito aquém de atingir a dimensão da sua necessidade, tornando qualquer nicho da cidade propício ao depósito irregular de lixo. A infraestruturação era deficiente, e com o aumento astronómico da cidade aumentava também o número de puxadas clandestinas de eletricidade, que tornavam o seu



Luanda 2011, vista sobre a baía
In: www.skyscrapercity.com



Luanda 2012, Bairro periférico na Camama e Musseque que envolve o bairro Cassenda
Fonte: Autora



Luanda 2012, vista do Largo do Kinaxixi e enxurradas na estrada da Samba
Fonte: Autora

abastecimento inconstante até mesmo no núcleo consolidado, sendo o ruído dos geradores um som já característico das noites luandenses. O mesmo acontecia com o abastecimento de água, que não abrangia nem toda a cidade do asfalto, muito menos a sua periferia, levando a população a utilizar banheiras das suas casas como depósito de armazenamento de água e proceder a higiene diária no chão das casas de banho empurrando a água suja pelos ralos. Apenas em 2002, ano em que se estabeleceu a paz no território angolano, aquando da morte Jonas Savimbi líder da UNITA - facção que enfrentava o MPLA na guerrilha pela liderança de Angola - Luanda rebentou a pequena bolha que a envolvia em tempos de guerra, abrindo portas ao investimento estrangeiro e ao crescimento económico em larga escala. A parceria com empresas internacionais possibilitou elaboração de varias propostas com vista ao desenvolvimento viário do centro e periferia da cidade, como é o exemplo da autoestrada periférica Cacuo/Viana, que liga os municípios de Cacuo, Viana e Cabolombo, enquadrando-se no programa de reestruturação das vias estruturantes e terciárias da cidade, cujo objetivo é a desobstrução das vias principais do interior da cidade fazendo o escoamento de parte do tráfego por esta via periférica que serviria também a função de barreira de contenção da construção ilegal na periferia. O investimento privado privilegiou a construção de habitação e equipamentos para suprir as necessidade dos grupos de media e alta renda, enquanto os projetos de cariz social ficaram a cargo do Estado. No centro da cidade proliferam arranha-céus com as mais modernas tecnologias, que para a sua construção ignoraram por completo o património urbano colonial restando atualmente poucas amostras intactas dessa época. Por todo o lado se vêem guindastes e terrenos cercados para novas construções, como hotéis, centros comerciais, supermercados, sedes de empresas petrolíferas e luxuosos edifícios de habitação colectiva com apartamentos a preços astronómicos. Rompem-se novas avenidas de ligação às varias partes da cidade requalificando-se o passeio público e as respetivas vias, mesmo que para o efeito seja preciso arrasar bairros inteiros de habitações ilegais já há muito sedimentados e desalojar as suas numerosas famílias para locais na maior parte das vezes bastante distantes do centro da cidade, como é exemplo o musseque da Chicala que vem sendo parcialmente arrasado pelas obras de alargamento de vias e construção do passeio marítimo da Ilha de Luanda sendo os seus moradores transferidos para a área do Panguila. Nos últimos sete anos, verificou-se também um grande investimento na periferia da cidade, nomeadamente na construção de edifícios habitacionais que vão de condomínios de luxo no sul da cidade a bairros de realojamento a leste, ou mesmo cidades satélite como é o caso do Kilamba Kiaxi localizado a cerca de 30 km da cidade, cujo plano prevê a construção não só de cerca de 120.000 habitações, mas também de



Luanda 2012, Bairro ZangolIII e a nova cidade do Kilamba Kiaxi ambos nos arredores da cidade de Luanda
Fonte: Autora



Luanda 2012, Bairro de realojamento Zango V
Fonte: Autora



Luanda 2012, comercio informal no centro da cidade
Fonte: Autora



Musseque da samba com a rua alagada pelas chuvas e musseque em formação perto da via-expresso
Fonte: Auto

equipamentos com escolas, hospitais supermercados e redes de transporte com ligação ao centro da cidade e as bairros periféricos. No entanto, apesar de todos os esforços feitos para a recuperação urbana, a cidade “rebenta pelas costuras” e as estratégias adoptadas para a sua requalificação continuam a resolver apenas problemas pontuais sendo difícil a abrangência da totalidade do território da cidade, problema que se agrava também com a escassez de quadros qualificados para o efeito. Nas áreas periféricas de informalidade constata-se o desenvolvimento cada vez mais engenhosos de mercados de comércio informal e estratégias de sobrevivência perante o cenário geral de pobreza e necessidade. Os limites territoriais impostos pela autoestrada periférica que funcionaria também como barreira para o crescimento dos assentamentos ilegais já foi transgredida nos últimos dois anos por uma série de verdadeiros bairros de chapa, musseques que por serem muito recentes têm características diferentes dos musseques consolidados mais próximos à cidade do asfalto, sendo as suas habitações mais espaçadas e materiais efémeros mas com os mesmos problemas de todos os outros: carência infraestrutural, sem acesso energia elétrica ou água potável, sistema viário deficiente sem valas de drenagem de águas pluviais, e difícil acesso a meios de transporte para o centro da cidade.

“Luanda dos nossos dias continua tão desordenada como no principio dos anos 30. Cresce sem nenhum constrangimento. O mercado formal e informal, ocupa o espaço anarquicamente sem qualquer orientação planimétrica. (...) Olhando a cidade dos nossos dias apercebemo-nos do seu crescimento imparável. O território continua a ser usado indiscriminadamente e indisciplinadamente. Não existem políticas de desenvolvimento urbano consolidadas que imponham rigor, orientação e disciplina. A globalização está a reestruturar a forma de viver das sociedades.”⁴¹

⁴¹ MARTINS, Isabel, *Ur Cidades Africanas*, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg61

4.3 Musseques, processos de urbanização da pobreza

“Musseque” é um termo originário do kimbundo, dialeto falado nas regiões mais próximas de Luanda, para designar os terrenos arenosos de areias vermelhas, que circundavam a cidade e se estendiam pelo “planalto” sobranceiro à orla marítima.

“A um momento dado, os conjuntos de palhotas ou casebres no alto das barrocas ganham o nome da areia sobre o qual são construídos e musseque passa a designar um espaço social, o dos colonizados, vítimas colocadas à margem do processo urbano. O musseque tornar-se pois o espaço dos marginalizados que servem de reserva de mão-de-obra barata ao crescimento colonial.”⁴²

A expansão deste espaço está intimamente ligada à evolução da cidade propriamente dita, nasceu e cresceu com ela, como resultado de uma influência recíproca. Esquemáticamente, a cidade de Luanda é composta por três partes no que toca à ocupação do espaço.

A primeira zona é constituída pela “cidade formal”- parte consolidada da cidade, de traçado colonial onde atualmente se situam os serviços administrativos, sedes de grandes empresas, equipamentos de lazer, zonas comerciais, zona residencial das classes média e alta, vivendas unifamiliares e edifícios de habitação coletiva.

A segunda zona corresponde a uma “zona intermédia”- faz a transição entre a cidade formal e a periferia, sector onde durante a época colonial se fixaram as classes média e baixa do proletariado português. Atualmente esta zona inclui bairros populares e musseques antigos.

E a terceira zona designada “periferia”- é composta por espaços de urbanidade precária, de habitações autoconstruídas, sem planificação nem infraestrutura, onde se situam os musseques mais novos dividindo espaço com grandes condomínios e urbanizações de luxo providas de todos os serviços e equipamentos de lazer onde habitam as classes média e alta.

As três zonas acima descritas caracterizam de forma lacta a cidade de Luanda.

Estima-se que cerca de 70 a 80% da população de Luanda resida atualmente entre a segunda e terceira zonas, em área de musseque não urbanizado, numa espécie de “fenómeno de invasão” territorial, frequente nos grandes centros urbanos dos países em via de desenvolvimento.

O musseque Luandense começou por surgir na periferia da cidade colonial com os nomes de grandes famílias angolanas, donas dos terrenos nos quais se erguia. Com o

⁴² PEPETELA – Luandando. Luanda: Elf Aquitaine, 1990. Pg103

passar do tempo muitos desses musseques foram desaparecendo ou recebendo novos nomes, uma das razões que levou ao desaparecimento de muitos deles foi o processo de crescimento da “cidade do asfalto”, que aos poucos foi arrasando estes espaços para neles se estabelecerem novas zonas urbanizadas. Ao mesmo tempo, outras áreas cada vez mais excêntricas ao núcleo urbano iam sendo ocupadas pelas populações cujas casas foram arrasadas, gerando novos bairros de musseque.

No entanto, ainda existem atualmente alguns exemplos de musseques muito antigos que sobreviveram essas constantes mutações urbanas, como o do Sambizanga, Mota (nome de um comerciante português), o Marçal (de Josefa Marçal; senhora africana). Ainda antigos são também os musseques do Rangel (nome de uma antiga família africana), Lixeira, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba e Samba. Musseques classificados como novos, pelo Professor Fernando Mourão, são o do Cazenga, Cemitério Novo e Golfe. Como muitos novos apresentam-se o do Palanka, Mulemba, Petrangol e Rocha Pinto.

É possível perceber, através de uma simples observação direta, a antiguidade do musseque. Os musseques mais antigos são os que oferecem maior proximidade ao centro da cidade; outro indicador é a arborização, o sombreamento arbóreo é essencial para suportar as horas de maior calor e, ao contrário do musseques mais novos, nos mais antigos normalmente não há grande espaço para fazer a plantação de árvores; estes musseques são também muito mais densos que os musseques mais novos, e isto deve-se à sua localização, estando mais perto do centro urbano onde se localiza a maioria dos postos de emprego, são conseqüentemente mais disputados pela população. A ideia que se tem é que o musseque é um labirinto, um dédalo de ruelas escuras separando casas que se encostam umas às outras, sem quintais nem arejamento. É verdade, mas só nos musseques mais antigos e que por isso estão mais próximos do centro.⁴³No caso dos musseques mais recentes o mesmo não se verifica, havendo maior espaçamento entre habitações que normalmente dispõem de quintal. O quintal é espaço mais importante da habitação do musseque, é ponto de encontro social é o lugar das refeições, onde se recebe os amigos e se convive com a família, normalmente à sombra de uma árvore. O interior da casa é usado apenas para dormir e guardar objetos, uma vez que o espaço de higiene localiza-se também no exterior da casa, normalmente nas traseiras, aqui se testemunha a permanência de hábitos culturais remanescentes do interior do país.

⁴³ PEPETELA – Luandando. Luanda: Elf Aquitaine, 1990. Pg106



Diferença de densidade de urbanização entre o musseque antigo (Catambor) e um musseque novo no Pangula
In: Google Earth



Musseque em risco de desabamento
In: www.angolita.com



A falta de infraestrutura expõe a população a doenças
In: www.panoramio.com



Qualquer local de passagem vira ponto de comercio informal, mesmo estando perto de uma vala de esgoto ou deposito de lixo. Fonte: Autora



Musseque ordenado mas sem acesso a saneamento básico motivo é vulgar encontrar grandes lagos mesmo em ruas asfaltadas. Fonte: Autora

Cada vez mais este espaço é procurado pela população vinda do interior, assim como por familiares que viram as suas casas serem derrubadas pelo avanço da cidade do asfalto e não têm outra alternativa, se não construir anexos provisórios nos espaços livres das casas de seus parentes dos musseques periféricos, acabando na maior parte das vezes por se fixarem definitivamente no local. E assim o espaço musseque vai-se adensando, adquirindo uma malha cada vez mais tortuosa e apertada onde de dia para dia os grandes quintais de antigamente diminuem até se tornarem apenas ruelas entre construções.

Muitos destes assentamentos estão localizados em áreas de risco, zonas não próprias para o estabelecimento de habitação, mas que por serem espaços livres próximos à cidade formal foram automaticamente ocupados por musseque, tais como taludes, valas de drenagem naturais, terrenos com propensão a alagamento, etc. As más condições de localização geográfica desses assentamentos aliadas à inexistência de infraestrutura de drenagem e saneamento básico, dão origem muitas vezes a grandes lagoas de águas paradas, berço de vermes, moscas e mosquitos e ponto de acumulação de lixo urbanos. As pessoas parecem conviver tranquilamente com todo o cenário de degradação urbana que as rodeia, muito frequentemente se vê pertos destas lagoas poluídas pequenos pracinhas informais, onde animais, lixo, águas estagnadas, pessoas e produtos alimentares partilham o mesmo espaço.

Na sua generalidade a população do musseque, ou é desempregada tendo que depender de pequenos biscates no mercado informal para a sua sobrevivência, ou recebe salários baixíssimos que quase não dão para o sustento da família. O mercado informal em Luanda é dominado por mulheres, muitas das quais chefes de família que montam as suas bancas de venda em frente a casa ou trabalham como empregadas domésticas em casas de famílias de classe média e alta na cidade formal. É habitual estas mães garantirem a única fonte de rendimento para um agregado familiar de 6 ou 7 pessoas, assim o nível de pobreza da população não se constata apenas pelas condições precárias de habitabilidade, mas também pelo grau de dependência económica desta pessoas.

A nível de materiais, era frequentemente usado na construção das habitações e abrigos, o barro, o pau-a-pique, o adobe ou a madeira e o zinco, tal como acontecia nos caniços de Moçambique segundo Raposo: *“Note-se que no tempo colonial as casas de alvenaria eram raras no “caniço” por interdição da administração que pretendia evitar a fixação da mão de obra africana de forma a permitir a expansão da cidade de “cimento”. Constituía uma exceção as casas de alguns régulos ou trabalhadores da administração colonial. Depois da independência (...) continuou a proibir-se a construção em materiais permanentes, medida que era implementada pelos grupos dinamizadores”*.



Atualmente são mais vulgares as construções em bloco de cimento e chapa de zinco mas ainda é possível encontrar alguns exemplares de cubatas de pau-a-pique, chapa de zinco e no interior do país de adobe ou barro cobertas com colmo.

Fonte: Autora e www.olhares.sapo.pt



Mercado de comercio informal é o meio de sobrevivência da população do musseque

Fonte: Autora

Atualmente, são mais vulgares no musseque as construções em blocos de cimento cobertas com chapa de zinco ou fibrocimento. Estas casas são normalmente de planta rectangular ou quadrada, sendo que as casas de planta redonda, de origem rural, eram já muito raras após a independência.

“O musseque era pois um espaço cultural importante, onde populações vindas do campo encontravam gente de outras etnias e línguas, se socializavam em português para a vida urbana, mantendo no entanto ligações e afinidades com o campo. Quer dizer, o musseque era (e é) um espaço transcultural que faz a ponte entre a cidade e o campo.”⁴⁴

Isto deve-se ao intenso processo migratório que durante anos se fez sentir no país, por consequência da colonização, pelo longo período de guerra civil e mais recentemente derivado de um boom económico que atrai população de varias partes dos mundo.

Estudos feitos antes da independência, revelam que o dialecto predominante no musseque era Kimbundo, originário das zonas próximas a Luanda. Seguidamente o Humbundo trazido pelas populações vindas do centro do país, e em terceiro lugar o Kicongo, falado no Norte de Angola. Mas essa transculturalidade não se cingia ao território angolano, o espaço musseque era também habitado por gentes vindas de outras colónias como de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, não descurando uns tantos colonos portugueses que por questões financeiras não tinham possibilidades de pagar as rendas da cidade do asfalto.

Atualmente o leque cultural de residentes do espaço musseque é ainda mais vasto, podendo mesmo atualizar-se a expressão de Pepetela para “espaço transcultural que faz uma ponte entre Angola e o mundo”.

Destaca-se nesse leque a comunidade chinesa, que ultrapassou já largamente a presença congoleza, brasileira e libanesa na cidade. Uma vez que a China é presentemente o principal parceria de Angola na reconstrução do país, milhares de chineses abandonam sua terra natal para exercerem trabalhos ligados à construção civil em Luanda. Na sua generalidade, estes indivíduos constituem uma mão de obra quase escrava e como tantos outros vêm no musseque a única possibilidade de sobrevivência ao elevado nível de vida da cidade.

Os musseques marcam também uma transição irreversível entre a cidade do asfalto e o meio rural. Estudos comprovam que o habitante do espaço musseque, uma vez aí instalado só se muda, ou para outro musseque, ou para a cidade do asfalto, dificilmente de voltando à sua terra natal.

⁴⁴ PEPETELA – Luandando. Luanda: Elf Aquitaine, 1990. Pg107

Ainda assim, *“embora haja algum movimento, raramente se trata de famílias inteiras. Parece que as famílias estão relutantes em desistir dos seus investimentos na economia informal urbana e a juventude do seu lugar no sistema de ensino.”*⁴⁵

Apesar das extremas dificuldades que a vivência na cidade do asfalto constitui, as vantagens como a proximidade dos centros de emprego, mercados e serviços públicos, assim como o desejo da ascensão social intrínseca à residência na cidade formal, parecem compensar as adversidades.

“Esta continuada busca dos centros urbanos, reflete uma esperança comum dos indivíduos: a de que a pobreza urbana se revele mais suportável do que a pobreza rural e que as cidades continuem, apesar de tudo, a construir-se num mundo de maiores oportunidades.”

46

Acesso à terra urbana

A obtenção de títulos de propriedade, é um dos assuntos mais polémicos no panorama atual angolano. Estudos revelam que três quartos dos habitantes das áreas peri-urbanas da cidade de Luanda não são detentores de um título legal da propriedade que ocupam e cerca de 67% dos residentes não foram os primeiros ocupantes dos terrenos. A forma mais comum de acesso à terra em Luanda é através do sistema informal de venda, cerca de 33 % sobretudo nos musseques periféricos, onde se tornam exceções os novos condomínios em áreas peri-urbanas como Talatona onde, pela natureza do empreendimento a posse dos terrenos é feita pelos tramites legais.

Sem qualquer tipo de financiamento bancário ou poupança, para a maior parte da população de baixa renda a aquisição de um lote de terra para a construção de uma residência ou mesmo para o subaluguer é a única fonte de rendimento. Assim o mercado informal de arrendamentos é também um meio comum de acesso à terra, principalmente nas zonas de musseque onde na maior parte dos casos as pessoas optam por arrendar um ou mais quartos da sua habitação, ou até mesmo um anexo no fundo do quintal. Aqui, mais uma vez os terrenos em musseques do centro da cidade, como o Sambizanga, Boavista ou Rocha Pinto são os mais procurados, pois pela sua localização representam alto e sempre crescente valor monetário.

Há muito que a constituição angolana não sofre uma atualização significativa no sentido de uma melhor gestão do território, tendo em conta os atuais padrões de densidade. Assim sendo, segundo a lei implantada em 1976, visando que a terra constitui

⁴⁵ DW, Development Workshop, Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento, DW: Luanda, 2005, Pg 71.

⁴⁶ PIEPOLIS, Sonia, Ur Cidade Africanas, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg.164.

propriedade do Estado, prevalece até hoje um sistema de concessão de títulos cuja formula pouco foi alterada na última revisão da constituição em 1992.

Com o aumento drástico da população de Luanda no período pós-independência, e uma constituição desajustada ao quadro atual da cidade, grande parte da aquisição dos terrenos é feita através de um mercado informal de vendas, que se aproveita da desorganização e incapacidade administrativa do governo, para suplantar a sua existência. O que pode acarretar drásticas consequências para o elevado número de população que efetivamente pagou pelo terreno que ocupa, dentro do sistema informal, não tendo consciência de que poderá ver revogado o seu direito de ocupação. O mesmo prevalece para os possuidores de títulos legais, visto que a terra continua a pertencer ao Estado, estes podem rapidamente tornar-se em possuidores ilegais bastando o lançamento de uma nova lei.

Acesso à água

“A falta de acesso a água é um problema recorrente em Luanda e nos seus bairros periurbanos. Apesar dos esforços, apenas cerca de 30% da população da cidade sobrelotada tem acesso aos abastecimentos da Empresa Pública de Águas de Angola (EPAL).”⁴⁷

Este problema que ainda afecta algumas zonas da cidade formal, agrava-se quando se trata da periferia. A maior parte da população dos musseques periféricos da cidade de Luanda, não tem acesso a água potável canalizada, dependendo assim de um sistema informal de distribuição de água para a sobrevivência. A água é bombeada diretamente do rio Bengo para camiões cisterna que a distribuem aos vendedores informais de cada bairro. Esta água é armazenada em tanques e por sua vez vendida ao balde aos habitantes dos musseques. Quando a água chega finalmente às mãos dos moradores do musseque o valor pago por esta já está exorbitantemente inflacionado, tal como revelam alguns estudos, os habitantes do musseque estão habituados a pagar cerca de 50 vezes mais pela água que compram aos vendedores privados do que os habitantes da cidade do asfalto à companhia das águas.

O negócio da água torna-se assim uma atividade muito lucrativa para estes vendedores, mas que acarreta no entanto consequências drásticas para a saúde pública, visto a maior parte desta não ser previamente tratada e correr um risco de contaminação ainda maior pelo armazenamento em cisternas não inspeccionadas. Este cenário é agravado pelo elevado preço a que é vendida, que não deixa outra opção aos moradores se não a

⁴⁷ Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento: 2011

prática de consumos baixíssimos subjugados a 5 litros por dia, número muito inferior aos 40 litros diários convencionados pela organização mundial de saúde.

Na tentativa de solucionar momentaneamente o problema, enquanto não são construídas infraestruturas urbanas de abastecimento de água para todas as zonas, o FID (fundo britânico) em parceria com a companhia provincial das águas, EPAL, financiou a construção de fontenários nos vários bairros periféricos, que seriam geridos por AMOGEC's (Associações de moradores para a gerência comunitária de chafarizes) responsáveis por assegurar a distribuição de água a cerca de 100 famílias beneficiárias de cada chafariz. Estas famílias pagariam taxas de coleta de água às associações, que serviriam para cobrir a manutenção dos chafarizes e o fornecimento de água à EPAL.

Este projeto ainda em desenvolvimento veio melhorar em muito a vida de algumas famílias carenciadas, contribuindo também para a descentralização do poder administrativo, mas encontra-se ainda a um largo passo de ter a abrangência pretendida.

4.4 Um olhar sobre a cidade periférica, caracterização da diversidade de assentamentos

“O território , receptáculo da história, onde se faz geografia, combina dimensões espaciais complexas. Essas dimensões, sustentadas em raízes demográficas, sociais, económicas, culturais, urbanísticas, políticas, arquitectónicas, recombina-se para dar lugar a configurações novas e frequentemente incertas perdurando no tempo como chaves das formas contemporâneas da mudança, bem como chaves da interpretação da evolução do futuro”.⁴⁸

O reconhecimento do espaço urbano com um sistema dinâmico e complexo, desequilibrado e auto-organizável, tem exigido da investigação inúmeros esforços para a percepção e apreensão dos fenómenos de urbanização latentes nas atuais cidades dos países em vias de desenvolvimento. O espaço urbano é pois uma justaposição de usos que definem áreas, fragmentado ou articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e de campos de luta.⁴⁹Os territórios urbanos, as cidades e os bairros são projetos; projetos que se atualizam nas formas através de processos de mudança de matriz política.⁵⁰A passado histórico colonial, os anos de guerra civil, as constantes migrações interurbanas e as flutuações cíclicas das atividades económicas, transformaram e condicionaram a evolução dos espaços urbanos e periurbanos da cidade de Luanda. Da observação da mancha urbanizada de natureza fragmentaria desta cidade, é possível identificar tipologias distintas de assentamento com formas graficamente diversas. Assim neste capítulo proceder-se-á à análise dos diferentes tipos de assentamento que se constituem fracções de um todo cuja conjugação da origem à forma urbana da cidade Luanda, pretendendo-se agrupá-los em conjuntos tipológicos distintos com base na sua evolução e na observação de uma série de factores socioeconómicos, históricos e urbanos comuns a todos eles. No entanto não se quer com isto assumir que os assentamentos periféricos de Luanda, se possam resumir a uma série tipologias homogéneas de ocupação do espaço, seria demasiado simplista dada a vastidão da sua diversidade, mas sim facilitar a sua observação e compreensão para elaboração de posturas de ação mais eficazes no combate à pobreza urbana.

⁴⁸ HENRIQUES, Cristina Delgado. Maputo – Cinco Décadas de Mudança Territorial, Lisboa : Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008, pg.10

⁴⁹ CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano, Texas University: Editora Ática, 1989

⁵⁰ HENRIQUES, Cristina Delgado. Maputo – Cinco Décadas de Mudança Territorial, Lisboa : Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008, pg.10



Mapa de Localização dos diferentes assentamentos
Fonte: Google Earth

Tipologias de Assentamento

Bairros populares | Musseque Cassequel

Musseques antigos | Musseque Calemba

Musseques ordenados | Musseque do Palanca

Musseques em transição | Musseque da Ilha de Luanda

Musseques periféricos | Musseque do Quifangondo

Musseques em formação | Musseque na Estrada Zango/Calumbo

Novos condomínios | Condomínios de Talatona

Bairros de realojamento | Bairro do Zango

Áreas de autoconstrução planeada | Urbanização Lar do Patriota

Cidade satélite | Kilamba Kiaxi

Bairros Populares



Musseque do Cassequel
Fonte: Google Earth

Enquadrado na tipologia de Bairros populares está o Bairro do Cassequel, Pertencente à comuna a que deu nome integrado no município da Maianga. Este bairro tal como outros inseridos na mesma tipologia, foi construído no final do domínio colonial, entre as décadas de 1960 e 70, a cargo do estado Português. A construção dos Bairros Populares era inicialmente dirigida para o alojamento do operariado de classe baixa, na sua maior parte de raça negra que prestava mão de obra às indústrias de exploração colonial, ou mesmo para o realojamento da população dos musseques. A sua construção era de carácter formal e baseada em modelos sul Africanos, assim estes bairros eram constituídos por habitações térreas geminadas alinhadas em fileiras duplas com paredes de blocos de cerâmica e tecto em zinco ou fibrocimento, sem redes de esgotos ou drenagem de águas pluviais. Após a independência de Angola, a instabilidade política, guerra civil e a consequente onda de migração em direção a Luanda promoveram a densificação destes bairros. Grande parte das famílias aí residentes procedeu nesta fase à construção de anexos clandestinos precedendo as casas e estreitando a rua, de modo a poder abrigar familiares vindos do interior ou como forma de geração de lucro. Com o tempo muitos tomando um aspecto cada vez mais desordenado, diferenciando-se dos musseques que os rodeiam pelos seus arruamentos rectos e largos em relação às vielas

do emaranhado de casas do musseque. A sua manutenção é feita conforme as possibilidades dos moradores, sendo que só muito recentemente alguns destes bairros tiveram acesso legalizado ao abastecimento de água e eletricidade.

Musseques antigos



Musseque da Calemba
Fonte: Google Earth

Como musseques antigos classificam-se os bairros que cresceram a partir dos primeiros assentamentos informais construídos no período colonial, pela população mais pobre, que na altura se localizavam à margem da cidade do asfalto estando hoje em dia completamente rodeados pelo crescimento da cidade urbanizada. Muitos desses musseques surgiram por volta do séc. XIX, sofrendo alguma densificação no período colonial. No entanto o seu crescimento mais notório dá-se a partir da independência pois com o avançar da cidade estes tornaram-se mais centrais e por isso mais procurados por fornecerem fácil acessibilidade às zonas de serviços públicos, centros de emprego e indústrias, sendo por isso uma tipologia com taxas de densificação bastante altas. Em termos físicos da construção distinguem-se de outros musseques mais novos por se conseguirem ainda hoje encontrar habitações de pau-a-pique, que ao longo do tempo vêm sendo substituídas por matérias mais resistentes, e mais uma vez pela sua

localização central são bairros que têm o acesso mais facilitado a nível de infraestruturação. O seu rendilhado de vielas é bastante apertado, visto não haver mais espaço para crescer para os terrenos em volta, e por isso também a taxa de arrendamento informal nestes locais é bastante mais elevada que nos assentamentos periféricos.

Musseques Ordenados



Musseque do Bairro Palanca
Fonte: Google Earth

Na tipologia de musseques ordenados inserem-se os bairros constituídos por assentamentos informais autoconstruídos que se distinguem de tantos outros por obedecerem a um esquema relativamente linear de quarteirões, muito semelhante ao dos bairros populares construídos antes da independência. Isto porque, estes assentamentos funcionam na sua maioria como extensões de bairros populares ou mesmo de bairros pobres da cidade do asfalto, onde os proprietários informais das parcelas adjacentes conservaram o alinhamento das vias e as características físicas das construções, tornaram-se estas bastante semelhantes às dos bairros vizinhos. No entanto os proprietários dos terrenos dos musseques ordenados não são reconhecidos como donos das parcelas pela lei angolana, por na sua maioria não possuírem um título de propriedade atribuído pelo sistema formal. No que diz respeito a infraestruturas

estes bairros tal como os bairros populares também não têm redes de drenagem de esgotos ou acesso a eletricidade e abastecimento de água, mas por terem uma estrutura relativamente organizada e dada a sua localização próxima da cidade do asfalto, são áreas de fácil recuperação que poderiam com pequenas alterações passar a bairros legalizados com acesso aos serviços municipais. Grande parte das habitações destas áreas são anteriores à independência e processo, sendo a compra formal das habitações o mecanismo mais usual de acesso à terra.

Musseques em transição



Musseque da Ilha de Luanda
Fonte: Google Earth

Por musseques em transição definem-se os assentamentos informais, na sua grande maioria antigos, que com o passar dos anos e a expansão da cidade viram a sua área ser estrangulada pela envolvente formal, ou mesmo por motivos geográficos como é o caso dos assentamentos da ilha de Luanda. Assim estes musseques com fronteiras bem definidas, na impossibilidade de se expandirem por um território já consolidado, cresceram em altura sendo a única tipologia de assentamento informal a apresentar edificações com até três pisos com paredes em bloco de areia e cobertura de fibrocimento. Devido a sua localização geográfica central, estas áreas tornam-se muito

requisitadas, não restando espaço livre a rede de vielas de acesso á habitações é muito apertada e com parcelas irregulares a malha dos assentamentos torna-se extremamente intrincada e labiríntica, sendo esta a tipologia que regista o maior numero de pessoas por hectare (800 a 1000 por ha). Pela mesma razão, as habitações nestes bairros atingem valores mais altos que os de outras tipologias, e por isso grande parte dos proprietários informais das parcelas opta por se mudar para zonas mais periféricas e alugar a sua habitação nos musseques centrais como fonte de rendimento. Estes musseques não têm acesso a infraestruturas nem serviços municipais, mas os seus habitantes fazem normalmente uso dos serviços dos bairros formais adjacentes.

Musseques Periféricos



Musseque do Quifangondo, Cacuaco

Fonte: Google Earth

Na categoria de musseques periféricos inserem-se os assentamentos localizados na periferia da cidade, cuja maior parte da sua população é emigrante de outras províncias do interior de Angola e aí se instalou fugindo de guerra civil, tratando-se portanto de assentamentos relativamente recentes, nunca com mais de dez anos de existência. Os proprietários informais destas parcelas, são na sua generalidade famílias com baixas condições financeiras que na impossibilidade de pagar a construção ou aluguer de uma habitação em zonas mais centrais da província de Luanda, ocuparam livremente as áreas periféricas da cidade, instalando-se em terrenos sem infraestrutura, sem acesso a

serviços municipais nem redes de transportes e apoiando-se totalmente em mecanismos informais para garantir a sobrevivência. Os materiais utilizados para a construção das habitações são mais uma vez o bloco de cimento com cobertura de chapa, conseguindo-se encontrar ainda alguns exemplares construídos totalmente em chapa. Os agregados familiares residentes nestes bairros são muito pobres e bastante numerosos, mas apesar disso esta tipologia de assentamento regista uma menor densidade populacional em relação aos bairros de localização mais central.

Musseques em Formação



Bairro de chapa junto à estrada Zango/Calumbo
Fonte: Google Earth

Esta tipologia de assentamento é de todas a mais recente, tendo os seus assentamentos no máximo 5 anos de existência. São musseques localizados em zonas periféricas da província que acompanham o desenvolvimento da urbanização formando-se em locais anexos a indústrias, pontos de comércio periférico ou vias de circulação. O tipo de construção é na sua totalidade em chapa sendo quase inexistentes os exemplares de construções em materiais mais perenes dada a contingência irregular da sua ocupação, que se processa por vezes em talhões de terreno já adquiridos por indivíduos de classes sociais mais altas, mas que por se encontrarem em processo de legalização de título têm por vezes marcações provisórias facilmente ignoradas pelos habitantes mais pobres.

Estes assentamentos tal como todos os anteriormente citados não tem acesso a infraestruturas nem serviços municipais e atingem densidades ocupação relativamente baixas.

Zonas de Condomínio



Zona de Condomínios fechados em Talatona
Fonte: Google Earth

Constituem áreas urbanizadas recentemente, espalhadas pelo sul e leste da periferia de Luanda. O estado angolano em parceria com o sector privado investiu fortemente em projetos de infraestruturização e urbanização em regime de condomínios nas zonas periféricas da cidade. A construção na zona sul de Luanda, em Talatona é maioritariamente destinada a um publico de classe media-alta e alta, enquanto as construções nas zonas da Camama, Viana e Benfica são dirigidas essencialmente para um publico de classe media ou media-baixa, no entanto todos os condomínios dispõem de boa infraestruturização e padrões razoáveis e certas áreas muito bons de serviços. A qualidade de construção destas urbanizações é elevada sendo normalmente em regime de condómino fechado, com edifícios unifamiliares ou de habitação coletiva, destinados a compradores individuais ou ao aluguer a empresas multinacionais para o alojamento de quadros expatriados. A densidade de ocupação destas urbanizações é muito baixa

comparada com assentamentos precários já anteriormente citados, e o nível de segurança de posse e satisfação dos seus moradores é elevado.

Bairros de realojamento



Bairro de realojamento
Fonte: Google Earth

Novos projetos vêm sendo implementados pelo governo angolano nos últimos 10 anos na tentativa de equilibrar o défice habitacional na província. O Projeto Zango é um deles, situado na periferia Luanda município de Viana, destina-se ao realojamento de famílias residentes em musseques estabelecidos em zonas de risco propícias a alagamento, derrocada ou áreas que sofrerão requalificações urbanas para servirem outros usos. Este projeto já vai na quinta edição, e apresenta-se particularmente interessante por respeitar o modelo de habitação culturalmente aceite população. Assim em alguns dos bairros esta a ser promovido um modelo de construção evolutiva das habitações térreas unifamiliares com cerca de 52m² com sistema de arruamentos definido de forma à posterior implantação de infraestrutura básica. A habitações são construídas em tijolo de areia e cobertura de fibrocimento e poderão sofrer melhorias conforme as possibilidades financeiras dos seu proprietários. No âmbito do mesmo projeto foram

também construídos equipamentos como, escolas, postos de comercio, pavilhões desportivos etc, de modo a tornar a vida das famílias realojadas o mais digna possível.

Cidade Satélite



Nova cidade do Kilamba Kiaxi
Fonte: Google Earth

A cidade do kilamba Kiaxi é um exemplo desta categoria de assentamento. O governo angolano em parceria com a Sonangol e a CITIC está a promover a construção de uma série de novas centralidades um pouco por todo o país, destacando-se a cidade do kilamba como umas das maiores empreitadas. Com cerca de 5.000ha de terrenos o projeto elaboração faseada é destinado ao alojamento de famílias de classe média da sociedade angolana. Numa primeira fase foram construídos cerca de 710 edifícios de habitação coletiva, mas a meta será atingir os 80.000 fogos. Esta nova cidade será também dotada de todos os serviços e infraestruturas necessários ao funcionamento saudável e independente, tendo já sido construídos alguns destes na primeira fase do projeto. No entanto, um ano depois da sua inauguração que colocou à venda cerca de 2800 apartamentos, a cidade permanece deserta aos olhos de quem a visita, apenas 220 apartamentos foram comprados até agora e a população que faz uso dos serviços e infraestruturas da cidade, principalmente escolas, reside em musseques e bairros vizinhos. Uma vez que a classe média angolana é muito reduzida e tende a não querer

deixar o centro da cidade para a periferias, é evidente a necessidade reavaliação do investimento e ajuste das políticas de financiamento de forma a possibilitar a compra ou aluguer dos apartamentos por parte do sector populacional realmente interessado.

Zonas de autoconstrução assistida



Urbanização Lar do Patriota
Fonte: Google Earth

A periferia da cidade de Luanda, revela algumas áreas de autoconstrução assistida dirigidas tanto a grupos mais desfavorecidos, como é exemplo do anteriormente citado Zango, como a classes mais altas da sociedade angolana, caso da Urbanização do Lar do Patriota localizado no município de Belas, que atraiu estes sectores pela considerável dimensão dos terrenos postos à venda. Esta, partiu da iniciativa privada de uma cooperativa que coordenou totalmente o projeto na sua fase inicial. Foi criado um plano que estabelecia uma ordem de loteamento com os devidos acessos, de forma a facilitar a posterior instalação dos serviços municipais necessários. Os terrenos seriam vendidos juntamente com uma habitação unifamiliar já construída, com a possibilidade de escolha entre quatro modelos de casa. Toda construção tanto de habitações como infraestruturas, ficaria a cargo de uma empresa privada contratada pela mesma cooperativa. As primeiras habitações foram construídas dentro dos tramites

estabelecidos, mas à medida que as compras aumentavam, começou a haver algum incumprimento de prazos e má gestão de obra, entre outros factores geraram um desentendimento entre a empresa construtora, a cooperativa e os donos dos lotes. Desde então, para fugir a problemas burocráticos e obter uma maior rapidez de construção, cada morador encarregou-se da construção da sua própria habitação, dentro do loteamento estabelecido, chegando a estender-se o projeto para áreas ainda não asfaltadas que até hoje aguardam o acessos as infraestruturas publicas necessárias. Cada família criou diferentes meios de acesso aos serviços municipais em falta, quer através de poços para obtenção de água, compra de água a empresas de distribuição privada, contratação de empresas para a recolha de esgoto, acesso a eletricidade através de geradores, etc. Assim, o desenvolvimento do plano que inicialmente estaria a cargo de uma cooperativa, tornou-se numa espécie de autoconstrução assistida, uma parceria entre a coordenação da cooperativa e a iniciativa individual dos moradores que permitiu uma maior velocidade em todo o processo de urbanização, sendo esta, atualmente umas da maiores urbanizações a sudeste de Luanda.

5. Planos e estratégias de intervenção aplicadas

Em 1942, foi lançado pela câmara municipal o primeiro plano regulador urbanístico da cidade de Luanda. Da autoria de Etienne Groer e David Moreira da Silva, este visava controlar o crescimento da cidade e das suas áreas de informalidade através de uma zonificação da cidade que promovia separação entre a população nativa e os colonos Portugueses. Assim, foram projetadas 5 cidades satélite na periferia da cidade, separadas dos núcleo central por uma mancha verde com cerca de 2km de largura. Estas funcionariam como ponto de dormida e residência da população nativa, que durante o dia se deslocaria para os postos de trabalho localizados no núcleo colonial regressando ao cair da noite através de uma rede de estradas que fariam a ligação entre as pequenas cidades e o núcleo central urbanizado, que seria também ponto de residência da população branca. Este plano foi alvo da critica na medida em que promovia uma separação racista da população e tornou-se rapidamente ultrapassado pelo crescimento urbano da cidade, o que levou a câmara municipal a lançar um novo plano urbano em 1957, na tentativa, mais uma vez falhada, de restringir o crescimento informal da urbe que na década de 60 rondava já os 350 mil habitantes em situação de indigência. Depois disto, varias outras propostas de requalificação urbana foram surgindo mas por um motivo ou por outro nunca chegaram a ser aprovadas até ano de 1973, quando foi lançado pela OTAN (Omnium Technique d'Amenagement) um novo plano diretor com um abordagem completamente diferente dos anteriormente lançados, visando a redução do crescimento da cidade através do desenvolvimento de 3 polos urbanos periféricos, respectivamente Viana, Cacuaco e Camama nos quais seriam instalados equipamentos e serviços necessários à vida da população urbana. Assim este plano, apesar de manter uma certa segregação de carácter funcional mas racista, pois os colonos brancos continuariam a residir na cidade consolidada e a população negra na envolvente periférica, distanciou-se de outras propostas pois pela primeira vez se propunha a requalificação das zonas periféricas da cidade incluindo a reestruturação de zonas de musseque e criação de bairros populares, como forma de prevenir o avanço da cidade. No âmbito deste novo plano diretor esteve a construção do novo bairro do Golf, um bairro popular que pretendia alojar cerca de 2000 pessoas num terreno vizinho ao antigo musseque do Golf, numa área destinada pelo NGB, ao uso residencial de população com fracos recursos. Este Bairro situa-se a sul da cidade de Luanda, entre o atual aeroporto e a estrada de Catete, uma das principais vias de ligação às províncias do interior do país e por onde chegava muita gente á cidade. Apesar do novo plano diretor

funcionar sob um esquema de loteamento em reticula pré-estabelecido, este projeto teve em conta a complexa realidade estrutural dos musseques, diretamente relacionada com os hábitos culturais do povo angolano, para concepção do seu esquema de loteamento, não fugindo aos padrões de organização com que habituada a lidar.

O esquema, assentava assim em quatro grandes zonas de urbanização, cada uma delas destinada a abrigar cerca de 300 a 500 famílias, estando estas interligadas por uma rede de acessos que permitia a passagem de veículos de transporte público e particular, sendo que as dos interior de cada zona se destinavam apenas ao uso pedonal, com largura suficiente para a passagem de veículos de emergência. Em cada zona, haveria para além das habitações, uma série de equipamentos como escolas, pequenos postos de venda, espaços recreativos, etc. Com materiais fornecidos pelo governo, e com o apoio do GHA que fornecia alguns modelos de organização do lote, cada família procederia á autoconstrução da sua habitação. A terra em causa era cedida à população, o que promovia segurança de posse e a mão de obra de construção era remunerada, ajudando assim à criação de emprego dentro da zona de residência, enquanto a provisão de arruamentos, infraestruturação e instalação de equipamento ficava a cargo do GHA. Este projeto primava pela rapidez de execução garantindo a baixa especulação de materiais, mão de obra e dos custo da terra.

A construção da primeira fase do bairro iniciou-se em 1974, com a construção das redes de drenagem de esgoto, loteamento, arruamentos, canalização de água etc, enquanto a construção dos equipamentos públicos se deu já numa fase de transição do governo colonial para o estado independente angolano. Infelizmente, as restantes áreas de zonificação não chegaram a ser construídas, pois após a independência de Angola, o governo adoptou novas políticas de urbanização largando os antigos métodos coloniais. Assim por volta de 1979 foi elaborado pela direção de planeamento físico, um novo "Master Plan" para cidade com base em cinco abordagens diferentes que visavam a planificação do aumento da área urbana da cidade, um reestruturação dos usos destinados a cada zona, controle demográfico da população, etc. A proposta vencedora foi a numero cinco que visava entre outras premissas, a ampliação dos espaços verdes da cidade e demolição dos musseques substituindo-os por edifícios coletivos em altura para realojamento da população carenciada. Mais uma vez este plano revelou-se rapidamente desproporcionado à condição de informalidade da cidade, pondo à vista a inexperiência dos órgãos reguladores responsáveis pelo ordenamento urbano. Mais tarde, no ano de 1982 foi lançado uma lei que pretendia promover a autoconstrução assistida, reservando para isso algumas parcelas de terreno da cidade que seriam cedidas às famílias assim como os materiais para a construção da habitações, mas por

falta de fiscalização e mau andamento dos processos, essas mesma áreas foram ocupadas mais vez pela ilegalidade das habitações informais.

Em 1995, foi promovida a elaboração de um novo plano regulador para o desenvolvimento, com base na parceria entre o governo provincial e o ministério do planeamento no âmbito do Projeto de Reabilitação de Infraestruturas que contratou consultores da empresa Dar-Al-Handasah para produção de um estudo denominado “Plano de Gestão e Crescimento de Luanda”. Este plano desenvolver-se-ia em três etapas, e propunha-se a cumprir os seguintes objectivos: a produção de estratégias de combate à especulação, a execução de cadastros de propriedade, solos e edificação de condomínios, e a elaboração de planos de intervenção a nível infraestrutural e viário, discriminando entidades responsáveis pela implementação, acompanhamento e financiamento de cada projeto. Ainda no âmbito deste plano, foi estruturado um outro denominado “Plano de drenagem de águas pluviais” que visava implantação de redes de drenagem de águas, esgoto, recolha de resíduos sólidos para melhoria das condições de higiene e prevenção de doenças nas células do musseque. Assim, foi elaborado um projeto de ação que serviria de modelo de intervenção e recuperação de alguns musseques dos municípios do Sambizanga e Cazenga. No entanto, até ao ano 2000, data em que o plano foi aprovado, a contínua deterioração das estruturas da cidade deu origem, já na fase de aprovação, à inadequação de algumas das medidas ao contingente urbano vigente altura. Um ano depois começavam a ser urbanizados os Bairros de Realojamento do Zango e Panguila os dois localizados no município do Cacuaco. A construção destes dois bairros visa o realojamento da população moradora em áreas de risco e de população cuja área de residência foi abrangida por projetos de requalificação da cidade ou instalação de equipamentos urbanos destinados ao uso público. O projeto do Zango, já mencionado anteriormente, é um conjunto de cinco bairros destinados ao realojamento de cerca de 160 mil pessoas, que se encontram alinhados ao longo da Autoestrada periférica de Viana-Calumbo a sensivelmente 60km a sudoeste de Luanda. Este projeto de implementação faseada foi lançado pelo Gabinete de Reconstrução Nacional no âmbito do Programa de Habitação de Emergência em Angola, estando a sua construção a cargo do Ministério do Urbanismo e Habitação em parceria com a população local. Assim como o Zango, o bairro do Panguila também se destina ao realojamento de população residente em musseques do centro da cidade localizados em áreas de risco ou de requalificação urbana. Este bairro de cerca de 275ha de extensão, localiza-se 30km a norte de Luanda e é constituído por cerca de 5000 moradias moradias térreas, geminadas duas a duas, com vista ao abrigo de famílias de baixa renda com um agregado máximo de 7 pessoas por domicílio. Além das habitações este projeto

prevê também a construção de equipamentos públicos, como escolas primárias, secundárias, hospitais, postos de polícia, centros de comércio e a instalação de todos os serviços municipais necessários para garantir alguma qualidade de vida à população realojada no local.

Já no ano de 2002, foi desenvolvido pelo Gabinete das obras públicas de Luanda, um plano estratégico do solo e Reabilitação de Luanda que visava a identificação dos principais problemas da cidade, e elaboração de programas de reestruturação do sistema viário da cidade, a requalificação das redes de saneamento básico e infraestruturas que serviam a cidade e sua extensão a novas áreas urbanizadas assim como a criação de estratégias de estímulo à iniciativa privada. Entre 2003 e 2004, o ministério das obras públicas encomenda à empresa Dar-Al-Handasah o planeamento de um novo núcleo de urbanização periférica na zona da Camama, com 24.500 unidades residenciais e capacidade para albergar cerca de 147 mil pessoas. Este plano diretor inclui também a implantação de todos os serviços municipais necessários assim como leque de equipamentos públicos com vista a diminuição de deslocações da população ao centro da cidade.

No ano de 2006 o Gabinete de Reconstrução nacional encomendou à China International Fund Limited o “Plano da nova cidade de Luanda”. Esta nova cidade localizar-se-ia 25km a sul do centro antigo da cidade, e abrangeria 780km² de terreno urbanizado. Este projeto visava a deslocação do principal centro económico e financeiro de Luanda para esta nova zona periférica onde se localizaria também o novo aeroporto da cidade e um vasta zona de habitação destinada a abrigar cerca de 4 milhões de habitantes. Este plano revela-se extremamente utópico por ignorar toda a urbanização pré-existente da cidade Luanda, caindo no erro de deslocar o problema da informalidade urbana em vez criar estratégias eficazes para lidar com o mesmo.

Em 2010 foi lançada a primeira pedra de um projeto de requalificação urbana do município do Cazenga, um projeto da responsabilidade do governo angolano que assenta numa parceria pública-privada com o apoio de organizações da sociedade civil . O município do Cazenga é um dos mais populosos da cidade e conta atualmente com cerca de dois milhões de habitantes. Assim este projeto pioneiro, denominado “Estratégia Inovadora de Renovação do Cazenga” vinha sendo estruturado desde 2008, visando a requalificação das zonas de musseque do município. Assim numa primeira fase, proceder-se-ia à construção de habitação de cariz social em espaços livres para posterior realojamento da população de um dos musseques da zona, sem que para isso seja necessário o abandono do município. Uma vez realojada a população desse musseque, proceder-se-ia à planificação e requalificação da antiga área não urbanizada

para novo realojamento e assim por diante. Excluem-se apenas os musseques localizados em zonas de risco de alagamento, cujas áreas que seriam libertas de urbanização. A primeira fase do projeto conta com a construção de 20 mil habitações entre edifícios de habitação colectiva, moradias térreas, espaços verdes e centros recreativos, zonas de lazer e infraestruturas de saneamento básico, pontos de comércio e todos os serviços municipais necessários à melhoria da qualidade de vida população. “O plano visa garantir o realojamento das comunidades no seus locais de proveniência, de forma rápida e com infraestruturas de modo evitar especulações.” Este projeto destaca-se de qualquer requalificação urbana anterior por ser o primeiro a propor o realojamento e requalificação de uma área sem promover a deslocação da população para outras zonas da cidade periférica.

Em Novembro de 2011 foi aprovado o projeto de requalificação do município do Sambizanga que contempla as comunas do Bairro Operário, Sambizanga e Ngola Kiluange. Este plano visa o reordenamento da zona do Bairro Operário e urbanização Completa da área do já muito antigo musseque do Mota. Esta iniciativa pretende promover a requalificação ambiental do município, a construção de habitação social e dotar a zona de todos os recursos necessários para uma vida condigna. Numa primeira fase proceder-se-á à instalação de redes de esgotos, rede eléctrica, uma nova rede viária e dotar a área de água canalizada, telecomunicações, estações de tratamento de águas residuais e subestações eléctricas. A segunda fase consistirá na construção dos equipamentos públicos necessários, tendo sido elaborado um referendo popular onde se definiram as infraestruturas sociais a serem instaladas na zona. É só na terceira fase se construirá então os edifícios habitacionais de cariz social, na sua grande maioria com até 4 pisos de altura e apartamentos do tipo T2, T3 e T4 destinados ao realojamento da população da zona, na sua maioria residente em áreas informais. No entanto em algumas das fases de construção do projeto será necessária a remoção da população da área e realojamento temporário em outras zonas previamente preparadas para receber tais massas.

2012 é o ano que marca a conclusão do “Projeto de Construção de Um Milhão casas” lançado em 2008, por José Eduardo dos Santos, presidente da réplica de Angola. Este programa também denominado “Meu sonho, minha casa” está inserido no movimento de reconstrução nacional, pretende edificar por todo o país um milhão de habitações e respectivas infraestruturas, destinadas ao alojamento de famílias de média e baixa renda. Para isso, elaborou-se um plano de responsabilidade repartida, cabendo ao sector privado a construção de cerca de 120 mil habitações, ao estado 115 mil, a cooperativas privadas cerca de 80 mil fogos e os restantes serão construídos ao abrigo de programas

de autoconstrução assistida. Em Luanda, a construção de urbanizações como o já citado Zango ou nova cidade do Kilamba localizadas nas novas áreas de expansão da cidade, fazem parte desta mega empreitada que visa contrariar o aumento da construção anárquica e informal por todo o território angolano promovendo ao mesmo tempo a descentralização económica e urbana.

6. Conclusão prospectiva

“A segregação e fragmentação socio-urbanística que caracterizam hoje as grandes cidades em todo o mundo, assumem características específicas no contexto dos PALOPs, marcados pelo seu passado recente colonial, requerem cada vez mais um olhar estratégico e “glocal” ,que aborde a cidade como um todo, mas esteja atento à estrutura de cada lugar, às especificidades locais e às aspirações sociais”⁵¹

Após a leitura da problemática urbana que envolve a cidade de Luanda, é notória a influência recíproca entre os processos de segregação social de classes e a fragmentação da malha urbana no desenvolvimento da cidade. A eterna dualidade entre periferia e centro, remonta à época colonial quando as áreas periféricas eram praticamente ignoradas do contexto urbano Luandense. Com a independência do país, veio o reconhecimento da periferia como parte integrante da cidade, mas os longos anos de guerra civil que dilaceraram o país, em conjunto com integração da sua economia na mira dos interesses capitalistas, propiciaram a perpetuação de políticas económicas geradoras de desigualdade social e urbana. No núcleo formal de Luanda, ou seja na cidade de origem colonial, investe-se na melhoria do espaço público, na instalação de novos equipamentos públicos necessários, na construção de zonas de lazer, melhoria a nível de infraestruturas, habitação para as classes altas da sociedade, empreendimentos especulativos, enfim, todos os investimentos visam a comodidade, a boa aparência e a falsa pertença de que se está diante de um cidade em ascensão com as mais modernas tecnologias. Em contrapartida na envolvente periférica da cidade formal, toda e qualquer intervenção se dá ao nível do estritamente necessário, do serviço básico à sobrevivência, nunca com o verdadeiro intuito de uma potencial descentralização económica. O défice habitacional e a suburbanização periférica convivem nesta cidade, lado a lado com os grandes investimentos especulativos expondo o profundo descontrolo a nível de ordenamento urbano e a falta de políticas capazes de promover a articulação entre as diferentes partes desta urbe extremamente fragmentada aos mais diversos níveis. Há que salientar no entanto, os esforços que vêm sendo feitos pelo governo angolano, nos últimos 10 anos, no sentido de reverter o défice habitacional e a sobrelotação urbana do centro da cidade. No entanto tais programas não só se revelam ainda bastante incipientes frente ao universo da necessidade, como na maior parte da vezes sobrepõem os interesses económicos aos da população a quem supostamente são destinados, funcionando apenas como uma máscara de disfarce de grandes transações capitalistas. Apesar de o reconhecimento da necessidade de requalificação destas áreas

⁵¹ Raposo, Isabel, *Ur Cidades Africanas*, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2005, Pg 91.

ser só por si um grande passo na história urbanização da cidade, se refletirmos sobre as várias estratégias de intervenção para requalificação expostas no capítulo anterior, percebemos que na sua generalidade todas elas promovem a remoção dos antigos assentamentos informais para construção de novos edifícios e redes viárias e de infraestrutura, e que para isso, em quase todos é necessário proceder a deslocação, ainda que provisória da população, para áreas ainda mais periféricas do que as que anteriormente eram habitadas, ainda mais longe dos centros de emprego, comércio e serviços públicos. Ora este tipo de situação não só cria grandes transtornos ao nível de transporte e emprego a quem já pouco tem, como potencia o desenvolvimento de novos mercados informais para a obtenção de produtos e serviços a que essas novas zonas não têm acesso. Outra agravante neste tipo de abordagem é a questão temporal. Os empreendimentos que visam a reconstrução de raiz de uma zona de cidade que antigamente era habitada pela informalidade, são processos que se tornam morosos sendo necessário um tempo mínimo de dois anos para a sua execução, ora um espaço de tempo tão alargado propicia a deslocação das populações de volta a novos habitats informais e mais centrais. Assim, penso ser necessário fazer uma avaliação mais cuidada da dimensão social, económica, política e cultural afecta às áreas a reabilitar, antes de se traçar estratégias que podem resultar num agravamento de situações de informalidade. Assim, com base num estudo publicado por José Forjaz acerca do melhoramento e reabilitação dos “slums” de Moçambique, acho pertinente citar alguns princípios que devem guiar as estratégias de ação de qualquer programa de reabilitação de áreas de musseque:

1. É necessário perceber que os musseques nascem grande parte das vezes, de um longo processo de ajustamento dos indivíduos a condições adversas, que por força da necessidade reinventam novas formas de convivência e coexistência num mesmo local.
2. O habitar em locais de informalidade motiva a capacidade de improvisação para a melhoria de vida e dos ambientes habitacionais, sendo relativamente fácil a mobilização da população através de programas de autoconstrução dirigida.
3. Na elaboração do plano de atividades, a ordem de prioridades deve ser estabelecida sempre em conjunto com a população da área pois só esta sabe identificar e priorizar aquilo que mais falta faz para a sobrevivência no musseque em questão.
4. O desenvolvimento de qualquer programa de requalificação urbana de áreas informais, deve mobilizar mão-de-obra local promovendo a geração emprego e fonte de rendimento para a população da mesma área.

5. Devem ser atribuídos títulos legais de propriedade das terras, de forma a motivar e proporcionar alguma segurança de posse para o posterior investimento em determinado terreno.
6. Qualquer programa de requalificação deve incluir todas os agregados familiares residentes na área a requalificar, ainda que em alguns casos isso proporcione alguma dificuldade na definição de estratégias de ação.

Assim, à luz da reflexão já efectuada sobre diversos programas de requalificação urbana aplicados em outros países com problemas de suburbanização semelhantes, tendo em conta os princípios acima referidos e não esquecendo as especificidades económicas, culturais e políticas que dizem respeito unicamente ao caso de Luanda, considere importante distinguir dois tipos de intervenção aplicáveis ao espaço musseque consoante as condicionantes urbanas das varias áreas:

1. Estratégias de requalificação in loco

Este modelo visa a requalificação de uma determinada zona de informalidade através do fornecimento de uma rede viável de infraestruturas, acesso a saneamento básico e água potável e eletricidade ; estruturação de planos de melhoramento e eficácia na distribuição de serviços públicos, como a recolha de resíduos sólidos; reestruturação da rede viária, drenagem de águas pluviais, alargamento de ruas para a passagem de veículos prioritários ou mesmo para acesso a transportes públicos; regularização do uso e posse de cada terreno. Tudo isto fica a cargo do financiamento governamental, ao passo que a melhoria das habitações está a cargo dos seus proprietários que nelas investem consoante as suas possibilidades num modelo de habitação progressiva.

Abordagens de requalificação in loco, têm a vantagem de não promoverem a deslocação da população para outros locais de residência temporária, requalificando apenas a sua zona de residência e mantendo a vizinhança e os modelos habitacionais com que se identifica. Poderá no entanto ser um processo moroso, e necessitar de um esforço maior na elaboração dos planos de ação e estratégias de intervenção. São também programas que não oferecem grandes lucros para a entidade investidora, mas que através de pequenas melhorias conseguem proporcionar um grande desenvolvimento económico e valorização da área em questão. Este tipo de abordagem já foi usada pontualmente em algumas áreas da cidade, mas não o suficiente para surtir efeitos significativos de reestruturação da malha urbana.

2. Estratégias de renovação urbana |modelo "Sites and services"

Esta segunda abordagem consiste numa renovação profunda da antiga área de

informalidade, removendo a massa de assentamentos de forma a valorizar economicamente o terreno em questão e estabelecer novos usos para a área. Já a população desse mesmo musseque deverá ser transferida para uma outra zona, normalmente periférica, propicia ao realojamento e à formação de um novo bairro estruturado e com as condições mínimas de habitabilidade. Assim, a cargo do governo e das empresas de investidores fica a subdivisão do solo e o fornecimento de uma parcela de terreno com rede de infraestrutura básica (drenagem de águas pluviais, saneamento básico, acesso à água e eletricidade), serviços municipais (recolha de resíduos sólidos, rede viária e de transportes que garanta uma deslocação relativamente rápida e pouco dispendiosa da população aos seus locais de trabalho), instalação dos equipamentos públicos necessários à formação do bairro e provisionamento de modelos nucleares de habitação evolutiva assim como materiais e técnicos formados para dar assistência no processo de construção das novas habitações. As novas habitações ficariam a cargo do morador, que com o seu próprio esforço procederia à construção da sua casa, sendo por vezes possível a entrega de um núcleo habitacional básico já construído para servir modelos de construção evolutiva.

Este tipo de estratégia tem como principal inconveniente a deslocação dos moradores, do seu local de origem para áreas normalmente muito periféricas onde o custo do terreno é menor e se conseguem encontrar grandes superfícies contíguas para construção de um novo bairro com vista ao alargamento. Outra desvantagem está nos processos burocráticos que normalmente atrasam bastante a construção dos equipamentos públicos no caso específico de Luanda, propiciando a formação de mercados informais ou deslocação dos moradores para outras zonas informais com acesso a esse tipo de serviços.

Em qualquer uma das duas estratégias acima definidas, é necessária percepção exata da complexidade associada a cada zona informal, não deixando margem para a elaboração de estratégias desadequadas que possam surtir efeitos inversos ao esperado. É importante também reconhecer os impactos das operações de reabilitação das áreas e sua autossustentabilidade a longo prazo. A aplicação de fundos nestes tipo de projetos deve ser sempre associada a criação de emprego através da elaboração de propostas de formação da população para novos ofícios e a capacitação do desenvolvimentos de iniciativas económicas que gerem lucro e incentivem à mudança progressiva e substituição dos antigos padrões de pobreza e informalidade.

Bibliografia

AGUALUSA, José Eduardo, *Estação das Chuvas, Alfragide: Don Quixote*, 2008

AMARAL, Ilídio do, *Luanda Estudo da geografia urbana*. Lisboa: junta de Investigações do Ultramar, 1968.

AMARAL, Ilídio do, “Apontamentos sobre Luanda: uma capital colonial imperfeita”. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, 5 (*Cidades Africanas*), 2005, pp. 48-55.

AMARAL, Ilídio do, “Luanda e os seus muceques. Problemas da geografia urbana, Finisterra, vol.18, nº36,1983,pp.293-323.

BADSHAH, Akhtar A, *Our Urban Future-New Paradigms for equity an sustainability*, London: Zed 1996.

BAIROCH, Paul, *Storie delle Città. Dalla proto urbanizzazione all’esplosione urbana del terzo mundo*. Milano: Jaca Book 1992

BALBO, Marcelo, *Povera Grande Città, L’urbanizzazione nel terzo mondo*, Venezia: Franco Angel, 1995.

CAMINOS, Horacio, GOETHERT, Reinhardt, *Elementos de Urbanización: Urbanization Primer*, Barcelona: Gustavo Gil, 1984.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *The history of African cities south of Sahara- from the origins to colonization*, tradução de Mary Barker, Princeton: Marcus Wiener Publishers, 1993. (1ª edição original: *Histoire des villes d’Afrique Noir: Des origines à la colonisation*. Albin Michel, 1993)

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Africa Endurance and Change of South Sahara*, tradução de David Maisel, London: University of california Press Ltd. 1992. (Edição original: *Afrique Noire: permanences et ruptures*, Editions Payot, 1985),

CORREA, Charles, *The New Landscape: Urbanization in the Third World*, S.L:Mimar Book,1989

DW, Development Workshop, *Terra, Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento*, DW: Luanda, 2005.

GAMEIRO, António Pereira, “ A problemática da Habitação em Angola. Os musseques e requalificação urbana”, Luanda: 2001.

GRANOTIER, Bernard, *La Planète des Bidonvilles*, Paris: Seuil, 1980.

HENRIQUES, Cristina, *Maputo, Cinco Décadas de Mudança Territorial – O uso do solo por tecnologias de informação geográfica*, Lisboa: Cooperação Portuguesa, IPAD,2008.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A família nos musseques de Luanda*. Luanda: F.A.S.T.A., 1973.

PEPETELA, *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine, 1990.

RAPOSO, Isabel (org.); “*ciudades Africanas*”, *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº5, Lisboa 2005.

RODNEY, Walter, *How Europe Underdeveloped Africa*. Washington, D.C.: Howard University Press, 1982.

SERAGELDIN, Ismail, *The architecture of empowerment. People, Shelter and Livable Cities*. Singapore: Academy Editions, 1997.

SMITH, David Drakakis, *Third world cities*, London: Routleg, 1987.

TURNER, John.F.C, *Housing by people. Towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyers, 1976.

UN-HABITAT, *The state of the African cities 2008, A framework for adressing urban challenges*, Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2008.

UN-HABITAT, The state of the world's cities 2010/2011 Bridging The Urban Divide, Londres: Earthscan, 2008.

ROBSON, Paul, Communities and Reconstruction in Angola, Development Workshop:Ottawa,2001.

Websites

<http://ensaiosfragmentados.blogspot.pt>

<http://www.rrojasdatabank.info>

<http://www.gdrc.org/uem/squatters/squatters.html>

<http://web.mit.edu/incrementalhousing/index.html>

<http://www.plataformaongd.pt/>

<http://club-k.net/index.php>

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/capa/index.html

<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=9>

<http://www.opais.net/pt/dossier/homepage.asp?id=1845&det=>

<http://www.spectrezine.org/>

www.favelization.com